

RUTH BLAY LEVISKY
MARIA LUIZA DIAS
DAVID LÉO LEVISKY
ORGANIZADORES

**DICIONÁRIO DE
PSICANÁLISE
DE CASAL E FAMÍLIA**

Blucher

DICIONÁRIO DE PSICANÁLISE DE CASAL E FAMÍLIA

RUTH BLAY LEVISKY
MARIA LUIZA DIAS
DAVID LÉO LEVISKY
ORGANIZADORES

Dicionário de psicanálise de casal e família

Dicionário de psicanálise de casal e família

© 2021 Ruth Blay Levisky, Maria Luiza Dias e David Léo Levisky (organizadores)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonas Eliakim

Produção editorial Isabel Silva, Bonie Santos

Diagramação Tais do Lago

Preparação de texto Ana Maria Fiorini

Capa Leandro Cunha

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Dicionário de psicanálise de casal e família / organizado por Ruth Blay Levisky, Maria Luiza Dias, David Léo Levisky. – 1. ed. – São Paulo : Blucher, 2021. 604 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5506-287-8 (impresso)

ISBN 978-65-5506-283-0 (eletrônico)

1. Psicanálise - Dicionários 2. Psicanálise familiar
3. Psicanálise conjugal I. Levisky, Ruth Blay II. Dias, Maria Luiza III. Levisky, David Léo

21-0980

CDD 150.19503

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise - Dicionários

Conteúdo

Agradecimentos	9
Prefácio: Um dicionário de psicanálise de casal e família <i>Janine Puget</i>	11
Prefácio: O que é um dicionário? <i>René Kaës</i>	13
Breve histórico da psicanálise de casal e família no Brasil	21
DICIONÁRIO DE PSICANÁLISE DE CASAL E FAMÍLIA	33
Acontecimento	35
<i>Ajeno</i>	38
Alianças (pactos) inconscientes	41
Alteridade	52
Aparelho psíquico familiar	55
Aparelho psíquico grupal	57
Ausência	63
Avúnculo	65
Casal	68
Ciclos vitais	71
Complexo de Édipo	75
Complexo fraterno	82
Compulsão à repetição conjugal	86
Configurações familiares	93
Conjugalidade	97
Conluio	102
Continente genealógico/malhagem	106
Contrato inconsciente	110
Contratransferência	116

Conteúdo

Coterapia	119
Cripta	122
Crise	124
Dispositivo	129
Duplo vínculo	135
Enquadre / <i>setting</i>	139
Entre	145
Escolas em psicanálise de casal e família	152
Espaço intersíquico	162
Espaço intersubjetivo	164
Espaço intrapsíquico	168
Espaço intrassubjetivo	170
Espaço onírico	174
Espaço psíquico	179
Espaço transpsíquico	181
Espaço transubjetivo	183
Espaçograma	187
O estranho (<i>Unheimlich</i>)	190
Estrutura familiar inconsciente (EFI)	192
Família	198
Familidade	204
Familiograma / genograma	208
Fantasia inconsciente	211
Fantasma	218
Formações intermediárias	221
Função do analista	225
Funções fóricas	235
Grupalidade	239
Grupo multifamiliar	244
Herança intergeracional	250
Herança transgeracional	253
<i> Holding</i> familiar (função continente)	260
Idealização	265
Identidade	269
Identificação cruzada	273

Identificação projetiva	277
Ilusão familiar	280
Imposição	283
Incestualidade	286
Interferência	292
Interpretação	296
Intertransferência	303
Intimidade	308
Introjeção	313
Irrepresentável	315
Lógica contratualista	321
Lógicas do um e do dois	324
Lutos familiares	327
Mãe esquizofrenizante	331
Mediação familiar psicanalítica	335
Metapsicologia do terceiro tipo e tópica do terceiro tipo	340
Mito familiar	347
Não verbal	350
Narcisismo	357
Negativo	365
Neurose familiar	369
Objeto único	373
Paciente identificado/ porta-voz/ porta-sintoma	377
Parâmetros definitórios do casal	380
Parentalidade	386
Parentalização	393
Parentesco fantasmático	400
Pertença	404
Plural	410
Poder	414
Polifonia dos sonhos	418
Presença/ ausência	420
Princípio de prazer	425
Princípio de realidade	429
Projeção	433

Conteúdo

Projetos familiares	435
Psicanálise vincular	439
Psicodinâmica familiar	445
Psicoterapia breve psicanalítica de casal e de família	451
Pulsão	458
Resiliência familiar	463
Romance familiar	468
Segredo	471
<i>Self</i> conjugal	473
Sexualidade	477
Silêncio	483
Simbolização	490
Singular	497
Sintomas familiares	501
Somatização	506
Subjetivação	511
Sublimação	516
Sujeito do vínculo	523
Tipologia do casal	526
Transferência	532
Transferências múltiplas	540
Trauma familiar	544
Umbigo do sonho	547
Vértice familiar	549
Vínculo	556
Vínculo de afiliação	567
Vínculo de filiação	569
Vínculo social	574
Violências familiares	578
Zócalo inconsciente	588
SOBRE OS AUTORES	591

Prefácio

Um dicionário de psicanálise de casal e família

Janine Puget

Tradução: David Léo Levisky

Escrever o prefácio de um dicionário oferece vários desafios, um dos quais é tratar de despertar em cada um dos leitores uma certa curiosidade, que vai depender do estado de ânimo e dos interesses de cada um... portanto, de algo imprevisível. Porém, quero deixar claro que, um dicionário, dedicado a guiar profissionais que se ocupam da psicanálise de família e de casal, bem como a descobrir a diversidade dos conceitos que foram conquistando espaço nestes últimos anos, é uma obra importante tanto didática quanto cientificamente. Ou seja, é uma obra que nasce da desordem, ou, precisamente, da multiplicidade de posicionamentos teóricos que o tema vem merecendo. Para realizar esta obra, fez-se a seleção de alguns autores que têm influenciado a evolução do pensamento daqueles que se dedicam a trabalhar com diferentes dispositivos, seja com um único paciente ou com vários, utilizando-se de um enfoque vincular. Esclareço este fato, pois às vezes se pensa que trabalhar com um único paciente não diz respeito ao vincular. Neste dicionário, os leitores encontrarão definições mais clássicas, que consideram que o vincular não é psicanálise clássica, e outras que romperam com esse enfoque. Porém, em relação a estas últimas, há diferenças na maneira como cada autor se relaciona com os conceitos aceitos pela comunidade científica. Alguns autores pensam que o vincular somente corresponde à presença de vários pacientes, e outros que estendem o vincular à presença de dois ou mais sujeitos. Aqui se dividiria a psicanálise clássica e a vincular. Do meu ponto de vista, isso é um erro conceitual, uma vez que a relação sempre é vincular, mas em cada dispositivo emergem ferramentas próprias a cada situação. O dicionário torna factível comprovar quão diversos são os enfoques de cada autor, ainda que todos eles e cada um deles tenha se apoiado em teorias psicanalíticas de diferentes épocas e tradição. Mas, como já sabemos, desde Freud até agora, as hipóteses de Freud acerca do funcionamento psíquico e da comunidade deram lugar a múltiplos desenvolvimentos, como sucede quando uma teoria

Prefácio

O que é um dicionário?

René Kaës

Tradução: David Léo Levisky

“A certeza de que tudo está escrito nos anula ou nos fantasmagoriza.”

J. L. Borges, “A biblioteca de Babel”, *Ficções*

Pensando no prefácio que Ruth e David Levisky me propuseram escrever para este *Dicionário de psicanálise de casal e família*, a questão que se me impõe é saber o que significa compor um dicionário e, mais particularmente, um dicionário como este.

Procurando nos dicionários a etimologia da palavra “dicionário”, eu li que nas línguas romanas essa palavra tem origem no latim medieval *dictionarius*, ela mesma derivada do latim clássico, cujo significado é: “ação de dizer, modo de expressão, mas também, maneira de dizer”.

Essa precisão me interessa: a origem latina da palavra não coloca acento somente sobre a função de repertório e de conservação das palavras – isto que a palavra alemã *Wörterbuch* significa literalmente, “livro de palavras” –, mas sobre a natureza (nome, verbo, adjetivo) e a função (definida pelas regras da gramática) da palavra na frase e na comunicação da linguagem. A natureza e a função de uma palavra só são conhecidas em uma frase, e a palavra só adquire sentido no conjunto de uma situação cuja enunciação implica um emissor, um destinatário e um enquadre contextual.

Pelo uso mais corrente, um dicionário é, antes de tudo e geralmente, uma coleção contendo um conjunto de palavras e de expressões de uma língua, organizadas em ordem alfabética com seus significados. Essa é a função cognitiva fundamental do dicionário. Mas que felicidade, também, de lá pesquisar e encontrar palavras raras, estranhas, com as quais se brinca; palavras e expressões engraçadas e poéticas, palavras que nos fazem viajar na língua. Eu amo ser surpreendido pelo uso de uma palavra e sua metamorfose. Por exemplo, é o caso deste dicionário, uma vez que uma simples preposição se torna um conceito:

Breve histórico da psicanálise de casal e família no Brasil

Almira Rossetti Lopes

David Léo Levisky

Maria Luiza Dias

Rosely Pennacchi

Ruth Blay Levisky

Este breve histórico contou com a colaboração de colegas que gentilmente ofereceram oralmente suas memórias e conhecimentos sobre a implantação e desenvolvimento das práticas clínicas e teóricas da psicanálise de casal e família no Brasil. Não foi utilizada qualquer metodologia acadêmica na coleta e processamento desses dados. Não obstante, esperamos que este relato seja proveitoso por retratar caminhos e vicissitudes enfrentados pelos pioneiros e pelas novas gerações de psicanalistas de casal e família brasileiros. Foram muitas as contribuições e influências internacionais recebidas na construção das iniciativas existentes atualmente. Algumas fontes e colegas podem ter sido omitidos, não mencionados, quer por esquecimento, quer por desconhecimento, e, de antemão, pedimos desculpas.

A diversidade de correntes de pensamento, de grupos de estudo e de desenvolvimento de práticas e teorias que norteiam a psicanálise e, em especial, a psicanálise de casal e família, somada à enorme extensão do território brasileiro, transformaram em desafio difícil e complexo a tarefa de elaborar este breve histórico. Desafio, no entanto, gratificante, diante da perspectiva de se chegar a uma aproximação e visão panorâmicas da complexidade que essa prática abarca em nosso meio.

A partir das mudanças sociais ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, um elevado número de pessoas procurou atendimento psicológico na Europa e nos Estados Unidos. Por volta de 1950 surgiram os primeiros trabalhos com grupos, famílias e casais, permitindo assim o atendimento de um número maior de pessoas com problemas emocionais. Os primeiros mestres dessa nova abordagem no Brasil foram influenciados por psicanalistas europeus, americanos e argentinos que vieram contribuir com seus conhecimentos em vários estados brasileiros.

Nos anos 1970, formaram-se núcleos de estudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre. Cada grupo desenvolvia seus conhecimentos de forma independente e com pouca ou nenhuma comunicação entre si. Profissionais brasileiros foram para a Argentina, Europa e Estados Unidos para se formar. Professores estrangeiros vieram ao Brasil ministrar cursos de sensibilização e de formação, intercâmbio frutífero que gerou a criação de vários grupos, aprofundando o estudo e possibilitando a difusão do conhecimento e da prática entre os profissionais.

O doutor Isidoro Berenstein, argentino, foi o primeiro a visitar Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Mais tarde, entre 1973 e 1975, a doutora Hanna Kwiatkowska, polonesa, foi convidada a dar um curso de especialização (pós-graduação *lato sensu*) em “intervenção familiar” no Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, alguns profissionais começaram a trabalhar nessa área, de forma independente, provavelmente influenciados pelos argentinos.

Em São Paulo, a doutora Amélia de Moura Vasconcellos organizou em seu consultório grupos para estudar família. Integravam esses grupos: Sandra Fedulo, Lourival de Campos Novo, Flávia Stockler, Silvia Rechulsky, Frei Baruel, Wanderley Manoel Domingues, Manoel Laureano, Ceneide Ceverny, Rosa Maria Stefanini de Macedo, Rosângela Desiderio, Almira Rossetti Lopes, Lia Rachel Cypel, Janice Rechulsky, Tai Castilho, entre outros.

Em 1973, a doutora Amélia convidou o doutor Isidoro Berenstein, terapeuta que já estudava terapia de família, para trabalhar com esses grupos de profissionais. Ele propunha observar e entender a família a partir do estudo de casos de crianças atendidas individualmente. Aproximadamente nessa época, Luiz Meyer, Almira Rossetti Lopes e Lia Raquel Cypel estagiaram na Tavistock Clinic, em Londres. Sonia Thorstensen trouxe sua experiência de trabalhar com casais e famílias da Stanford University, nos Estados Unidos.

O grupo que dava aulas e supervisão sobre psicanálise de casal e família no curso de graduação em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) era composto por Lourival Campos Novo, Mirel Granatovicz e Evelise de Souza Marra. Ele foi fundado em 1974, simultaneamente com o grupo que estudava e ensinava sobre família no curso de graduação em Psicologia do Rio de Janeiro, liderado por Terezinha Féres-Carneiro e Lidia Levy.

Em 1976, Magdalena Ramos chegou da Argentina e Almira Rossetti Lopes retornou de seu estágio em Londres; ambas se uniram aos professores da

Acontecimento

Lisette Weissmann

CONCEITO

Modificação de marcas vinculares, só reconhecidas psiquicamente depois do fato ter acontecido, um efeito *après coup*.¹ As representações vinculares se modificam depois de situações vinculares vividas, que cobram sentido intra e intersubjetivamente em um momento posterior ao período em que aconteceram, *a posteriori*. É parte de uma cena compartilhada com outros e oferece a possibilidade de se constituir no encontro do vivido entre dois ou mais sujeitos, no cruzamento do eu e do outro, em um acontecer conjunto que cobra significação somente depois do vivido. As situações de novidade não podem ter sido previstas, já que irrompem naquela situação não vivida e não pensada, para virar acontecimento e gerar modificações nos vínculos. A estrutura anterior não comporta a novidade que irá modificá-la peremptoriamente.

ETIMOLOGIA

Do latim *acontecer* + *mento*. *Mento* provém da palavra evento, que em latim é a ação que traz seus efeitos sobre outro evento. Para a física, é a ação de um objeto físico sobre outro, e o acontecimento é a observação dessa interação (WIKTIONARY, [s.d.]).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

O termo acontecimento é um conceito tomado emprestado da filosofia para apresentar as possibilidades de mudanças nos **vínculos***. Conceito cunhado por Heidegger, Derrida, Badiou, Deleuze e Foucault, e utilizado pela psicanálise das configurações vinculares para descrever um lugar virtual de possibilidade para o surgimento da novidade e das mudanças nos vínculos. Esse termo é incluído na teoria ao redor da década de 1990 para tentar dar conta das modificações dentro dos vínculos.

¹ Termo em francês utilizado por Freud em seus escritos para se referir ao depois.

O acontecimento marca o surgimento de uma situação que previamente era inexistente e, para que essa transformação se efetue, a estrutura tem que tolerar certo grau de incerteza e certo vazio que habilite o surgimento de algo novo como novidade radical, ali onde não se conhecia. Essas consequências só vão poder ser conhecidas *a posteriori* dos fatos, só depois se pode falar de um fato acontecimental. O novo pode aparecer nos pontos de inconsistência da estrutura anterior. A emergência desses sucessos exige um trabalho de revisão dos saberes anteriores e a possibilidade de deixar espaço para o imprevisível. O acontecimento surge em um tempo evanescente e só sabemos dele depois e através de seus efeitos. O surgimento desses sucessos imprevisíveis, que deixam marcas, não tira da memória os acontecimentos anteriores, apenas os coloca de um modo diferente. (WEISSMANN, 2009, p. 56-57)

Vemos aqui como o termo acontecimento é escolhido para assinalar situações de mudança e novidade nos vínculos. Na psicanálise tradicional, busca-se que a representação possa se associar com o afeto que lhe corresponde; na psicanálise vincular, alguma situação imprevisível pode modificar as marcas vinculares, em um tempo posterior.

Estabelece-se assim um espaço de mudanças possíveis nos vínculos, aparecendo o acontecimento como aquele que gera novidade e subjetividade ao longo das diferentes fases do **ciclo vital***. Essa situação gera-se no encontro do eu com o outro, como situação de descoberta e modificação.

O conceito de acontecimento introduz aquilo novo que não fazia parte da estrutura vincular e de cuja modificação só sabemos *a posteriori*. Isidoro Berenstein (2004) caracteriza como acontecimento “a emergência de um fato novo do qual se pode dizer que não tem lugar nem representação prévia, que se dá em um campo onde é possível que aconteça, e, ao mesmo tempo, não é possível apreendê-lo até depois de produzido” (BERENSTEIN, 2004, p. 105, tradução nossa). O autor assinala como aquilo que não tinha lugar antes se integra depois, modificando a significação das representações intersubjetivas.

Nos atendimentos vinculares, o trabalho com o acontecimento gera a mudança de estruturas vinculares anteriores, permitindo uma nova inscrição que modifica as marcas anteriores. A inclusão do acontecimento para pensar os vínculos e suas mudanças abre um espaço para o acaso, para aquilo que a estrutura não previa anteriormente.

Aparelho psíquico familiar

Carla Martins Mendes

CONCEITO

Conceito cunhado por Ruffiot (1981) para designar uma zona psíquica externa, formada pela ligação e combinação dos psiquismos familiares. Tem como função principal a contenção dos psiquismos individuais.

ETIMOLOGIA

Aparelho, do latim *appricularare*, de *apparare*. Significa deixar em ordem, preparar. Psíquico, do grego *psychikós*, relacionado à alma, ao espírito, mental (MACHADO, 2003). Familiar, de família, do latim *famulus*, significa escravo doméstico. Segundo Machado (2003), devido à evolução do conceito de família, o termo familiar refere-se ao que pertence à família.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

A partir do conceito de **aparelho psíquico grupal***, formulado por Kaës (1976), e de matriz psíquica, de Foulkes (1965), Ruffiot (1981) formulou a possibilidade de um aparelho psíquico familiar comum e indiferenciado entre os diferentes membros da família. Ruffiot (1981) parte da ideia de uma constituição psíquica ancorada em uma história familiar que o precede, tendo na sua matriz um aparelho psíquico primário. O aparelho psíquico familiar é uma zona psíquica obscura e indiferenciada dos vários membros do grupo familiar, não se confundindo com o conjunto dos psiquismos de cada membro da família. Tem a função de articular o funcionamento psíquico familiar com o individual e serve de invólucro primário ao psiquismo de todos os que nascem. A primeira função do aparelho psíquico familiar é a contenção das angústias arcaicas e a transformação dessas sensações em experiências suportáveis e simbolizáveis, para que mais tarde possam vir a ser representáveis. O modo como se processam essas duas funções é determinado por outra função do aparelho psíquico grupal: a **transmissão psíquica***. É transmitida toda uma bagagem geracional e genealógica que funciona como via de acesso ao mundo. Esse processo é possibilitado

Casal

Lisette Weissmann

CONCEITO

Relação de duas pessoas que se designam mutuamente como escolhidas para fazer parte desse **vínculo***, com uma certa permanência no tempo (relação estável) e com habilitação para a sexualidade. Cada sujeito traz um modelo de casal proveniente de experiências anteriores, tendo por base a relação com seus pais enquanto casal. Os dois sujeitos terão de construir uma estrutura vincular inconsciente conjunta na qual possam se reconhecer como parte desse vínculo conjugal. As vivências inconscientes estruturam o objeto casal introjetado, modelo que cada sujeito aporta ao casal. É esperado que o casal construa um objeto casal compartilhado próprio ao longo do tempo.

ETIMOLOGIA

Do latim *casalis*, pertencente a uma casa, ou *casale*, conjunto de casas, limites de uma propriedade, granja ou fazenda. Define um par de qualquer coisa (DICIONÁRIO INFORMAL, [s.d.]).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

O termo casal foi definido na psicanálise em 1994 pelos psicanalistas Janine Puget e Isidoro Berenstein como “casal (matrimonial) que designa uma estrutura vincular entre duas pessoas de sexos diferentes” (PUGET; BERENSTEIN, 1994, p. 3).

No século XX, casal ou casal matrimonial designava um par de pessoas de sexos diferentes, mas esse conceito foi mudando de acordo as transformações da sociedade e das culturas. No século XXI, para definir casal consideram-se dois sujeitos, independentemente de serem de gêneros diferentes ou iguais, que decidem se denominar um casal e estabelecer um vínculo estável. Também se abandona a categoria de matrimonial, que remetia àqueles casados formalmente, e passa-se a pensar casal como uma escolha de duas pessoas, além e aquém da formalização do matrimônio.

Na **psicanálise das configurações vinculares***, para pensar o casal, os autores também se auxiliam da antropologia, já que as culturas determinam o esperado desse conjunto social para constituir um determinado casal. Os autores nos dizem que

psicanaliticamente, se poderia pensar que o casal se desprende da família, de onde se originam seus modelos, levando em conta o desejo dos diferentes egos de uma família, de perpetuar-se no tempo através da transmissão do desejo de ter filhos, transformado no desejo de ter uma família, mediante vínculos de aliança. (PUGET; BERENSTEIN, 1993, p. 3-4)

O conceito de casal também se define a partir dos **parâmetros definitórios***, descritos por Puget e Berenstein como: cotidianidade, projeto vital compartilhado, sexualidade e tendência monogâmica. Os sujeitos pertencentes a cada casal sentem-se amparados e constituídos pelo sentimento de **pertença*** que os nomeia como fazendo parte desse determinado casal. Também se apoiam no ditame social que impulsiona os sujeitos a fazer parte dos vínculos assinalados e esperados dentro do espaço sociocultural. O casal é uma estrutura marcada pela cultura e pela língua, que permitem a seus integrantes serem nomeados respectivamente como esposo(a) de. O vínculo de casal tem caracterizações específicas:

O termo casal remete-nos a um vínculo em que dois outros se escolhem para se constituir como esse dado casal. Dessa forma constituiriam um vínculo em que um se reconhece frente ao outro como aquele outro privilegiado que constitui esse par. Remetemo-nos a uma escolha específica em que um sujeito escolhe outro sujeito, para constituir-se respectivamente naquele outro privilegiado. (WEISSMANN, 2009, p. 232)

Casal seria um lugar no qual os sujeitos também se constituem de forma narcísica, tanto intrapsiquicamente como nos vínculos e na cultura a que pertencem.

Complexo fraterno

David Léo Levisky

CONCEITO

Função estruturante irreduzível que interage e se articula com as funções narcísicas e edípicas em níveis estruturais, dinâmicos e econômicos das atividades psíquicas em níveis intra, inter e transsubjetivos. Opera também como forma defensiva na dependência das combinações e articulações em relação aos aspectos narcísicos e edípicos (KANCYPER, 2004; KAËS, 2011).

ETIMOLOGIA

Complexo, do latim *complexus*, cercar, abarcar, compreender. Fraterno, do latim *fraternu*, relativo ou pertencente a irmão (MICHAELIS, 2020).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Há relatos bíblicos que ilustram mitos ligados à complexidade das relações entre irmãos e destes com seus pais. Diferentes tipos de alianças estruturantes e destrutivas, de amor e ódio, de inveja e admiração, de integração, acordos e rivalidades estão presentes nas construções inconscientes e conscientes desses relacionamentos. Os mitos de Caim e Abel, Isaac e Jacó são exemplos de percepções das diferentes qualidades relacionais entre pais e filhos e dos irmãos entre si. Complexidade relacional que se articula com outros eixos estruturais do desenvolvimento psíquico, como as dinâmicas narcísicas e edípicas (KANCYPER, 2004; KAËS, 2011; BLAY LEVISKY; WEISSMANN, 2016). Freud, em sua vasta obra, identifica desde os primeiros trabalhos a importância das relações fraternas na constituição do psiquismo singular, bem como das relações dos filhos em relação aos pais e vice-versa. Kaës (2011, p. 24-25) faz importante apanhado sobre as questões que envolvem o fraterno ao longo do surgimento da psicanálise até que esse conjunto de elementos tenha se constituído na formulação de um conceito axial do desenvolvimento do **espaço intrapsíquico*** e **interpsíquico***: o complexo fraterno na **estrutura familiar inconsciente***. Complexo que sofre mudanças ao longo da história e em função de fatores sociais, políticos,

religiosos, econômicos, isto é, da cultura. Os autores assinalados focalizam a presença de questões ligadas ao fraterno na obra de Freud e de outros psicanalistas, como Anna Freud, Alfred Adler, Melanie Klein, Jacques Lacan.

Freud evidencia a presença da sexualidade e da sedução entre irmãos e as consequências psicopatológicas dessas relações, bem como outras manifestações afetivas entre irmãos e entre pais e filhos, em vários de seus trabalhos, sem que ainda houvesse a elaboração do conceito de complexo fraterno. Nos textos sobre Gradiva de Jensen (1906), “O pequeno Hans” (1909), “Lições introdutórias à psicanálise” (1915-1917), “O homem dos lobos” (1918), “Uma criança espancada” (1919), “Totem e tabu” (1912-1913) e “Moisés e o monoteísmo” (1938) há menções às questões do fraterno e das relações dos irmãos entre si e com os pais, como a chegada de um irmão, que gera desdobramentos na vida emocional e na curiosidade da criança que se sentiu “destronada”.

Muitas lutas entre povos e religiões podem ser reproduções de conflitos fraternos que se estendem ao longo de gerações, como afirma Kaës: “A história da noção de fraternidade indica que as grandes transformações religiosas, políticas e sociais são sempre correlativas à emergência da questão do fraterno” (KAËS, 2011, p. 13). Freud (1938/1973), em “Moisés e o monoteísmo”, sugere que o judaísmo seria a religião do Pai e que o cristianismo seria a religião do Filho. Os judeus, como povo eleito de Deus, despertaram confrontos e sentimentos hostis de outras religiões contra eles, uma ilustração das discordâncias e lutas entre povos e religiões como reproduções de conflitos fraternos que se estendem ao longo da civilização (KANCYPER, 2004, p. 36). Tais conflitos podem gerar:

deslocamentos e encobrimentos da situação edípica pelos conflitos fraternos [que] operam como uma das fontes inconscientes mais relevantes e geradoras de desentendimentos [passíveis de] se transmitir por meio da memória do rancor ao longo de muitas gerações e que podem estar nas origens de muitos conflitos e lutas entre religiões e povos. (KANCYPER, 2004, p. 21, tradução nossa)

A especificidade do complexo fraterno comporta duas formas: 1. arcaica, que adquire o sentido de apêndice do corpo materno imaginário ou de seu próprio corpo imaginário; 2. inscreve-se em um triângulo de rivalidades pré-edípica e edípica (KAËS, 2011). A rivalidade fraterna pode ser sustentada por

conflitos presentes em níveis **intrassubjetivos*** e **intersubjetivos***, como expressa Kancyper:

Um irmão é um duplo de si e um estranho, e, por fim, por sua proximidade consanguínea, pode fazer do outro ou de si mesmo o depositário de certos aspectos inaceitáveis de si mesmo [...] No plano intrassubjetivo, um enfrentamento interminável entre irmãos pode encobrir uma realidade oriunda de feridas narcísicas e preconceitos egoístas, sentimentos inconscientes de culpa e necessidade de castigos [...] No plano intersubjetivo, uma insistente rivalidade fraterna pode chegar a sustentar-se pela persistência de conluios inconscientes e conscientes, promovidos, mantidos e reativados por conflitos pré-edípicos e edípicos do **casal*** parental. Por outro lado, a rivalidade fraterna pode ter ainda a função defensiva de desviar a elaboração da rivalidade edípica. (KANCYPER, 2004, p. 24-25, tradução nossa)

Conjunto de fenômenos que se passam envoltos pela pele psíquica dos componentes do corpo familiar, dizem Blay Levisky e Weissmann (2016). Inclui-se aqui o complexo fraterno que integrará o que Anzieu (1989) chamou de *envelope psíquico grupal*, o *Eu-pele*, ou *pele psíquica* (ou **continente genealógico***), sistema de proteção da individualidade no nível intrapsíquico e de proteção grupal quando consideramos a **família*** dentro de um sistema que promove trocas com o outro, envolve, sustenta e acolhe as relações intersubjetivas. Cada membro da família carrega em sua essência histórias identificatórias, angústias, traumas, desejos e prazeres, afetos necessários para a construção do corpo familiar. Um irmão pode funcionar como um aliado e afrouxar as dependências edípicas, mas também pode estimular a dependência aos seus progenitores, ou, ainda, acobertar total ou parcialmente a estrutura edípica e gerar confusão e superposição de papéis ao perturbar o processo de identificação. O complexo fraterno possui especificidade própria e se articula com as dinâmicas narcísica e edípica, cada uma delas com as suas especificidades. Kancyper (2004, p. 7-8) entende que a percepção e o manejo das estruturas narcísicas, do complexo edípico e fraterno, ampliam o manejo das atividades psicanalíticas na elaboração e transformação dos processos psíquicos – estruturas que formam combinações singulares e originais em cada sujeito dentro de um processo interminável de formação e elaboração da identidade; fenômenos a serem identificados e trabalhados na psicanálise individual, de casal e família.

Coterapia

Almira Rossetti Lopes

CONCEITO

Coterapia em psicanálise de casal e família é uma situação clínica na qual um casal ou uma família é atendida simultaneamente por dois terapeutas em situação de igualdade.

ETIMOLOGIA

“Co”, prefixo associativo do grego *Koinos*, que divide mutuamente e não indica subordinação, mais “terapia”, do grego *terapia*, acompanhar, atender ao próximo.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Essa condição de igualdade, na qual não há diferença hierárquica entre os dois terapeutas, permite ao cliente uma série de investimentos (projeções, fantasias etc.), quer como um conjunto, quer individualmente, de forma muito rica e cheia de sentido, permitindo aos terapeutas uma melhor compreensão da dinâmica da família ou do casal. A troca de ideias entre os profissionais é importante em qualquer tipo de atendimento em coterapia, permitindo à dupla um entendimento mais apurado do que aconteceu na sessão. É também uma oportunidade de os dois coterapeutas conversarem sobre os seus diferentes pontos de vista a respeito do que ocorreu na sessão, aparando arestas e permitindo uma visão mais enriquecedora do trabalho.

Com a mudança da constituição das famílias, durante e após a Segunda Guerra Mundial, surgiram situações novas e bastante complexas, entre as quais mudanças de papel do casal parental, ou seja, o pai que era o provedor vai para a guerra, ficando a mãe com o trabalho de prover a família e cuidar dos filhos. Essas mudanças trazem então uma preocupação para os profissionais da saúde, que procuram desenvolver situações clínicas que possam auxiliar as famílias. Foi nesse quadro que a coterapia começou a ser utilizada, pois até esse momento o atendimento de família era visto com medo e ansiedade por parte dos

terapeutas. Até então, o modo de atendimento psicológico mais comum era o atendimento individual. A coterapia ajudou e ajuda nos casos psicológicos graves. Um dos lugares em que a coterapia se desenvolveu foi na Tavistock Clinic (Londres), quer na Marital Unit, quer no Family Discussion Bureau. Há depoimentos dessa técnica desde 1974. Dicks (1973) descreve os benefícios da coterapia primariamente em termos de continente. O fato de serem duas pessoas ajuda a lidar com sessões terapêuticas altamente complexas. Pode ser útil também no treinamento de futuros terapeutas de casal e família. Nesse caso, é possível estar junto um membro qualificado em psicanálise de casal e família e um membro iniciante; o contato com a situação vivida traz grande aprendizado para o iniciante, desde que haja possibilidade de uma troca de ideias entre os dois terapeutas.

Rossetti-Lopes e Scarano-Hemsi (1992) explicitaram, mais claramente, a noção do que é coterapia do ponto de vista psicanalítico. Recentemente, Culow (2020) apresentou o trabalho “Co-therapy as interpretive action”, no qual dá especial destaque ao uso da coterapia, considerando-a como uma ação interpretativa dentro da sessão, como sugerido por Ogden (1996). Este propôs o termo “ações interpretativas” e afirma que o analista, por meio de suas ações, comunica ao paciente aspectos de sua compreensão acerca do processo transferencial e contratransferencial do processo analítico, o que extrapola a comunicação verbal. O fato de serem dois terapeutas faz com que lhes sejam atribuídas inconscientemente qualidades parentais. A ação interpretativa não se restringe então só às palavras, mas a outras maneiras de comunicação com o casal (gestos, tons de voz etc.). Culow se refere ao terceiro analítico intersubjetivo, isto é, a presença de um terceiro na sessão, permitindo pensar com mais clareza as relações entre o casal. Não se trata só do olhar de um para o outro, mas da condição de olhar e ser olhado de diversas formas por meio deste triângulo – terapeutas e casal. Essa experiência enriquece muito a percepção do casal, levando-o a refletir sobre os seus diferentes papéis: marido, mulher, pai, mãe etc.

Podemos ver que o tema coterapia é sempre atual, gerando novos trabalhos e novas pesquisas que certamente aprimoram a clínica psicanalítica.

Sendo a coterapia familiar uma situação clínica, ela é utilizada por diferentes escolas de psicologia. Seu conceito não diverge muito de uma escola para outra, mas vemos diferentes formas de coterapia. Às vezes, num atendimento de grupos de famílias, são usados mais de dois terapeutas. Outras vezes usam-se

Duplo vínculo

Maria Luiza Dias

CONCEITO

Gregory Bateson utilizou o termo “duplo vínculo” para denominar um tipo de comunicação humana em que duas ordens de mensagens são emitidas ao mesmo tempo, sendo que a primeira contraria a segunda, havendo uma terceira que impede o indivíduo de sair da situação em que permanece aprisionado (BATESON *et al.*, 1980).

ETIMOLOGIA

Vínculo significa “o que ata, liga ou aperta; atadura, liame, nó; o que estabelece uma relação lógica ou de subordinação; o que liga afetivamente duas ou mais pessoas; relação, relacionamento; o que restringe ou condiciona (algo)” (MICHAELIS, 2020). Etimologicamente, Zimerman (2007, p. 163) apontou que “o termo vínculo tem sua origem no étimo latino *vinculum*, o qual significa uma união, com as características de uma ligadura, uma atadura de características duradouras”. Segundo esse psicanalista, o termo vínculo provém da mesma raiz que a palavra “vinco”. Surge, dessa maneira, um parentesco com o significado, por exemplo, de “vinco” das calças, ou de rugas. Assim, embora haja uma delimitação clara entre as partes, o termo indica uma ligação entre elas, que permanecem unidas e inseparáveis. A definição etimológica faz-se suficiente para a compreensão do que Bateson procurou nos transmitir ao afirmar que um vínculo pode acontecer em mão dupla, correspondendo a um estado mental.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Na psicanálise e na psicanálise de casal e família, vários autores se dedicaram a compreender a noção de **vínculo***: Freud, Klein, Bion, Pichon-Rivière, Kaës, Berenstein. Foi o antropólogo Gregory Bateson, contudo, que descreveu o fenômeno da dupla vinculação. Esse padrão de comunicação foi observado por ele nos dias de visita dos familiares aos internos, quando trabalhou no VA Hospital como antropólogo, em Palo Alto (Califórnia). Bateson constatou que nas famílias com sintomatologia esquizofrênica, a presença da comunicação por

duplo vínculo era frequente e, embora não considerasse que ela causasse diretamente a esquizofrenia, pensava que se tratava de uma comunicação tóxica e que o comportamento do indivíduo esquizofrênico estava adequado dentro de sua unidade de referência e do tipo de comunicação que lhe era proposto. Alinhou-se assim a pensamentos que emergiam, na época, e que compunham a vertente da antipsiquiatria, e contribuiu para cunhar preceitos importantes em terapia familiar. Descreveu os “ingredientes necessários” para uma situação de duplo vínculo se instalar e produzir sintomas esquizofrênicos: a existência de duas ou mais pessoas, sendo uma designada ao lugar de vítima; a repetição de uma experiência, que chega a construir uma expectativa habitual; uma instrução negativa primária que pode ser: “não faça ou o castigarei” ou “se não fizer o castigarei”; uma instrução secundária que contradiz a primeira em um nível mais abstrato e, como a primeira, “está reforçada por castigos e sinais que põem em perigo a sobrevivência” (BATESON, 1980, p. 27, tradução nossa); uma instrução negativa terciária que proíbe a vítima de escapar do campo. Afirma que, por último, “todos estes ingredientes já não são necessários quando a vítima tiver aprendido a perceber seu universo em padrões de tipo duplo vínculo” (BATESON, 1980, p. 26-28, tradução nossa).

Bateson enumera três características gerais da situação de duplo vínculo: o indivíduo participa de uma relação intensa, atribuindo importância vital a discriminar acertadamente o tipo de mensagem que lhe é comunicada, pois deseja responder adequadamente; o indivíduo fica aprisionado em uma situação na qual a outra pessoa expressa duas ordens de mensagens contraditórias, uma negando a outra; o indivíduo é incapaz de comentar acerca das mensagens que recebeu, portanto, não consegue discriminar a qual ordem de mensagem deve responder e, neste contexto, falha a metacomunicação. Não conseguindo conversar sobre o modo como estão se comunicando e não contando com a ajuda da outra figura parental, ou seja, com um pai presente que possa interferir na relação mãe e filho(a), o indivíduo desenvolve sintomas.

Na psicanálise de casal e família, esse conceito foi incorporado para que se compreendam alguns processos de comunicação no exercício da **conjugalidade*** e no seio familiar. Inúmeros exemplos podem ser mencionados que promoveriam a rápida compreensão de nosso leitor: imagine uma mãe que está dizendo ao filho que o ama (linguagem verbal), mas que o faz com uma tonalidade agressiva (linguagem não verbal), e se o filho tentar esclarecer os sentimentos da mãe, acabará também em mal-estar, sem obter sucesso na tentativa; ou uma mãe que diz ao filho que não berre, pois não se pode berrar porque isso é

desrespeito para com a outra pessoa, mas o diz em altíssimo tom. Na literatura encontramos também exemplos: Calil (1987, p. 29) menciona o caso de uma mãe que pede ao filho que vá para a cama, por ele estar cansado, mas que, na verdade, traz implícito nesta fala que deseja que ele saia de sua frente, pois que está cheia dele. Como a criança seria punida se discriminasse adequadamente a mensagem, talvez aceite a ideia de que está cansada. Zimerman (2007, p. 164) exemplifica a dupla vinculação com a seguinte fala parental ao filho: “Eu te ordeno que não recebas ordem de ninguém”. Imagine, ainda, um marido que declara querer ser pai, o que implica, então, que sua esposa engravide, mas que a todo período fértil da esposa alega estar muito cansado ou ter que ficar até mais tarde no escritório, evitando relacionar-se sexualmente com sua mulher. Neste caso, o que ele faz se opõe ao que ele diz, e o casal permanece em uma situação que Zimerman sugere ser sem saída.

Bateson *et al.* (1980) compreendem a situação da criança que fica aprisionada em uma comunicação de tipo de duplo vínculo como sendo castigada por discriminar acertadamente o que a mãe expressa e também por discriminar erroneamente. Entendem que a situação familiar do esquizofrênico apresenta as seguintes características gerais: a mãe experimenta ansiedade se o filho lhe responde como a uma mãe afetuosa (quando ocorre a possibilidade da mãe estabelecer um contato íntimo com a criança) e isto desperta nela ansiedade e hostilidade; não podendo aceitar tais sentimentos hostis e sua própria ansiedade, nega-os e afasta-se da criança; não há no entorno da criança um pai ou outro familiar que possa intervir na relação mãe e filho(a), de modo a apoiar a criança frente às contradições existentes.

A atualidade das proposições de Bateson é apontada por Gibney (2006), que considera que, décadas depois, o pensamento de Bateson ainda promove reflexão. Bateson é também bastante conhecido por sua obra *Steps to an ecology of mind* (1972), que originou importantes pressupostos da terapia familiar.

Cabe ressaltar que, para a psicanálise, tais processos são de natureza inconsciente ao sujeito que propõe uma comunicação por duplo vínculo. Fantasias inconscientes reprimidas geram um contexto ambivalente, no qual condições opostas – o desejo negado e sua manifestação consciente – contrapõem-se, gerando expressões paradoxais. Neste caso, é o processo de resistência que impede o sujeito da ação de ter contato com o conteúdo negado. O outro indivíduo capturado por essa modalidade de comunicação terá dificuldade de compreender o que seu interlocutor propõe, uma vez que mensagens antagônicas são simultaneamente emitidas. Watzlawick, Beavin e Jackson (1993, p. 197) já

Espaço interpsíquico

Carla Martins Mendes

CONCEITO

A **metapsicologia do terceiro tipo*** desenvolvida por Kaës (1997) descreve a multiplicidade de espaços psíquicos. Ligado à formação do inconsciente, o espaço interpsíquico é uma estrutura dinâmica do espaço psíquico entre dois ou mais sujeitos e desenvolve-se no espaço comum e compartilhado.

ETIMOLOGIA

Junção de *inter*, do latim *inter*, prefixo que significa entre, no espaço de (MACHADO, 2003), e de psíquico, do grego *psykhikós*, alma, relativo à mente (MACHADO, 2003).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Segundo Kaës (1997), o psiquismo é estruturalmente organizado como um grupo; o sujeito do inconsciente constitui-se na intersubjetividade, sendo denominado por Kaës (1997) como sujeito do grupo. A grupalidade psíquica marca a formação, a organização e os processos do inconsciente, sendo o espaço interpsíquico constituinte da intersubjetividade. O processo psíquico grupal inconsciente tende ao agrupamento de imagens mentais, gerando uma organização comum. As primeiras representações são formadas desde o início da vida psíquica nos vínculos com o grupo primário (família). Posteriormente são transformadas e projetadas nos grupos secundários.

Segundo Kaës, o espaço interpsíquico é organizado por **alianças inconscientes***, está em um contínuo movimento e obedece a uma lógica vincular. Caillot (2015) destaca a natureza intermediária e transitória do espaço interpsíquico devido à organização edipiana, definindo-o como um lugar de compartilhamento de pensamentos e fantasias sobre a origem, contendo ideais e proibições.

Puget e Berenstein (1988), pioneiros da psicanálise das configurações vinculares na Argentina, defendem a hipótese da constituição de sujeito a partir de

uma estrutura vincular sustentada pelo narcisismo primário. O espaço intersíquico é o espaço do **vínculo***, entendido como uma estrutura inconsciente que une dois ou mais sujeitos, tornando a presença do outro uma condição primária neste espaço psíquico. Os autores concebem o espaço intersíquico do vínculo entre o eu e o outro externo. Nesse sentido, os modelos de casal e família constituem-se no espaço intersíquico, assim como as relações íntimas e de amizade uma vez que são referenciadas aos estados psíquicos primários. Obedece ao funcionamento lógico da castração e da proibição do incesto.

REFERÊNCIAS

- BERENSTEIN, I.; PUGET, J. *Psicoanálisis de la pareja matrimonial*. Buenos Aires: Paidós, 1988.
- CAILLOT, J. C. *Le meurtel, l'incestuel et le traumatique*. Paris: Dunod, 2015.
- KAËS, R. *O grupo e o sujeito do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

Espaço onírico

Carla Martins Mendes

CONCEITO

Kaës (2002, 2004) concebe um espaço onírico plural comum e compartilhado no qual se depositam os sonhos de cada membro de um grupo. Esse espaço é composto pela interseção da atividade onírica pessoal com a atividade onírica comum e partilhada por meio de um processo associativo, interdiscursivo e polifônico estabelecido pelos vínculos intersubjetivos.

ETIMOLOGIA

Espaço, do latim *spatium*, significa extensão, distância, intervalo (MACHADO, 2003). Oniro + ico, do grego *oneiros*, significa sonho, que se refere à essência do sonho (MACHADO, 2003).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Com a publicação do livro *A interpretação dos sonhos (Die Traumdeutung)* em 1900, Freud edificou as bases da teoria psicanalítica e do método interpretativo, rompendo com o paradigma do sonho como fenômeno metafísico ou mitológico. A partir da autoanálise dos seus próprios sonhos e dos sonhos dos seus pacientes, Freud apresentou um modelo em que o sonho é elevado à condição de fenômeno psíquico. *A interpretação dos sonhos*, “não é uma obra de análises de sonhos, menos ainda um livro do sonho, mas uma obra que, pela mediação das leis do *logos* do sonho, descobre a de todo o discurso e funda a Psicanálise” (PONTALIS, 2001, p. 23).

Freud (1900/2006) descreve a formação onírica por meio de uma elaboração primária promovida por excitações psíquicas que buscam associações mediante imagens mentais (pictogramas). A interpretação dos sonhos considera os conteúdos manifestos do sonho, que correspondem aos sonhos lembrados e relatados; e, sobretudo, os pensamentos oníricos latentes que dizem respeito ao material oculto e desconhecido; impressões sensoriais noturnas; fragmentos de pensamentos e ideias relacionadas às atividades diurnas e impulsos do id.

Os conteúdos inconscientes originais (latentes) sofrem uma elaboração secundária por meio da censura, afastando os pensamentos proibidos que ameaçam a consciência, transformando-os em conteúdos manifestos (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001). A elaboração onírica responsável pela passagem do conteúdo latente ao conteúdo manifesto é realizada por meio dos mecanismos de condensação, deslocamento, dramatização e simbolização. Para Freud, o sonho é a realização alucinatória de desejos inconscientes reprimidos, e ele lhe atribui a função de guardião do sono; já a interpretação dos sonhos é o caminho real de acesso ao inconsciente.

No seguimento da sua obra, Freud fez várias alusões ao sonho, desenvolvendo uma metapsicologia subjacente à prática do tratamento psicanalítico apoiada na lógica de um espaço psíquico interno, isolado sobre o sujeito e o seu inconsciente, protegido de investimentos externos (GREEN, 1972; KAËS, 2002, 2004). O legado de Freud e os dispositivos psicanalíticos clínico-teóricos que o precederam ampliaram as perspectivas sobre os sonhos, enquanto produção da atividade intrapsíquica, introduzindo o sonho em um espaço onírico interpósiquico.

Kaës (2014) indica que a abordagem psicanalítica sobre os sonhos foi desenvolvida de acordo com o interesse dos autores pelo fenômeno da **intersubjetividade***, explicando que a concepção de *rêverie* desenvolvida por Bion foi determinante para que os estudos sobre os sonhos contemplassem os aspectos intrapsíquicos e intersubjetivos da atividade onírica: “Imaginou, então, um espaço que poderia ser chamado de pré-onírico: um espaço que é ao mesmo tempo um continente (um envoltório), um processo de transformação dos conteúdos psíquicos e um processo gerador, formados todos a partir da capacidade materna de devaneio” (KAËS, 2014, p. 23). Segundo Bion (1991), a atividade de sonhar está ligada à função alfa provida pela mãe, que transforma em elementos alfa as sensações providas dos órgãos de sentido (protopensamentos), ou elementos beta, emitidos pelo bebê via identificação projetiva. A capacidade de *rêverie* expressa a atitude de acolhimento da função materna e constitui a gênese dos pensamentos oníricos, memória e funções do intelecto. Segundo o autor, “o trabalho onírico que conhecemos é apenas um pequeno aspecto do sonhar propriamente dito – o sonhar, propriamente dito, sendo um processo contínuo e pertencente à vida de vigília” (BION, 2000, p. 50). Portanto, para Bion, o sonhar alcança um estatuto vincular, ampliando, deste modo, o paradigma psicanalítico

da produção onírica, tornando-se determinante para o desenvolvimento clínico-teórico sobre os processos oníricos nos vínculos grupais.

Anzieu (1993) propôs uma analogia entre o grupo e o sonho, definindo a matéria psíquica do grupo como sendo de natureza onírica: “os sujeitos humanos vão aos grupos da mesma forma que, no seu sono, entram no sonho. Do ponto de vista da dinâmica psíquica, o grupo é um sonho” (p. 49). Seguindo o modelo desenvolvido por Freud para a formação onírica, Anzieu descreve o acesso ao inconsciente grupal de acordo com as formulações do aparelho psíquico individual. A dinâmica interna subjacente à realização dos desejos inconscientes reverbera nos grupos como uma tópica interna projetada. Inicialmente, o espaço onírico é constituído por um envoltório apoiado no espaço onírico e no corpo da mãe. Posteriormente, o grupo, como o sonho, constitui o lugar da realização alucinatória dos desejos inconscientes mediante a **ilusão*** grupal; meio que possibilita a realização dos desejos edípicos. Portanto, para Anzieu, as atividades oníricas e as manifestações de desejos inconscientes são compreendidas dentro de uma mesma lógica grupal.

Tomando por base os referenciais teórico-clínicos apoiados em modelos de constituição psíquica intersubjetiva e os modelos de sonho desenvolvidos por Freud e Anzieu, Kaës (2002) desenvolve uma metapsicologia em que o sonho tem origem em um espaço onírico comum e compartilhado. Na obra *Polifonia dos sonhos* (2002, 2004), Kaës inaugura uma concepção de sonho como uma estrutura polifônica em que o sonho se desenvolve na interseção de várias fontes. Segundo o autor, “o espaço intrapsíquico do sonho se articula com os espaços psíquicos de outros sonhadores: sonhar exige a precedência de um sonhador, cuja atividade onírica é necessária para que se forme num outro a capacidade de sonhar” (2004, p. 20). O espaço onírico parental funda o arcabouço onírico do recém-nascido, constituindo um espaço onírico originário do qual emerge o espaço onírico singular articulado ao espaço onírico comum e compartilhado. Neste ponto, Kaës difere de Anzieu ao defender a atividade onírica singular e a atividade onírica grupal combinadas entre si, introduzindo a função de porta-sonhos como aquele que, ao sonhar por si, sonha na trama onírica grupal. Esses processos e formações oníricas intrapsíquicas são desenvolvidos em espaços intersubjetivos.

Kaës (2002, 2004) retoma a metáfora do **umbigo do sonho*** desenvolvida por Freud, micélio psicossomático, para introduzir a ideia de um segundo

umbigo do sonho relacionada ao micélio intersubjetivo. O segundo umbigo faz a ligação entre o material onírico individual e o grupal e é composto pelo material dos sonhos de cada membro do grupo familiar. Propõe ainda, a existência de um terceiro umbigo de origem social e cultural, em alusão ao trabalho sobre mitos e ritos de iniciação. Desse modo, o sujeito é dotado, desde e antes de nascer, de um **aparelho psíquico grupal***, tendo o espaço onírico uma gênese vincular, que comporta uma produção onírica singular, estruturada pela existência de um espaço onírico compartilhado.

No contexto específico da atividade onírica no grupo familiar, Ruffiot (1981) descreveu o sonho como a matriz primária do **aparelho psíquico familiar*** composto pela fusão dos psiquismos primários individuais dos membros do grupo familiar, tendo na sua gênese uma expressão onírica. A dimensão pré-individual do Eu é ativada no aparelho psíquico familiar concebido como a matriz primária do vínculo, servindo de suporte para a constituição de dispositivos psíquicos individuais.

Tomando por base os trabalhos de Bion e Winnicott, Ruffiot (1981) explica que o psiquismo é um dispositivo essencialmente para sonhar; para alucinar a satisfação e o objeto satisfatório. O encontro entre a atividade onírica da criança e a *rêverie* materna (*holding* onírico) corresponde à atividade psíquica primária que progride para a integração de experiências corporais e psíquicas, organizando as bases da capacidade de sonhar. No caso de falhas no *holding* onírico, a energia psíquica não circula entre o bebê e o ambiente materno, originando a ruptura dos conteúdos simbólicos diferenciados. Para Ruffiot (1981), a terapia psicanalítica familiar é o espaço onde essas experiências poderão ser retomadas, onde se evoca o envelope onírico familiar. Criam-se, portanto, subsídios para que os sonhos, associações, ou memórias possam construir uma narrativa comum e compartilhada.

REFERÊNCIAS

ANZIEU, D. *O grupo e o inconsciente: o imaginário grupal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

BION, W. R. *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. (Trabalho originalmente publicado em 1963).

BION, W. R. *Cogitações*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

Espaçograma

Maria Luiza Dias

CONCEITO

Trata-se de representação desenhada do espaço da casa, utilizada como técnica de **mediação*** terapêutica em psicanálise de casal e família. Para Benghozi (2010, p. 184), o espaçograma corresponde à “projeção, sob a forma de uma representação pictural ou plástica dos participantes da terapia, do espaço vivido, habitado”.

ETIMOLOGIA

Termo criado por Benghozi (2010), é a junção das palavras espaço e grama. Espaço, do latim *spatium*, corresponde à “distância entre dois pontos, ou a área ou o volume entre limites determinados” (CUNHA, 1986, p. 320). Grama, do latim *gramina* (MICHAELIS, 2020) e do grego *grámma* (DICIO, 2020), refere-se à gravação sobre uma superfície (ETIMOLOGIA, 2019).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

O psicanalista francês Pierre Benghozi introduziu o uso do espaçograma no atendimento a famílias. Esclareceu (2010, p. 15) que sua abordagem se insere “numa perspectiva psicanalítica do **vínculo***”, sendo o vínculo suporte da transmissão psíquica. O autor apresentou como abordagem clínica do vínculo sua perspectiva de **malhagem*** dos vínculos genealógicos e propôs uma leitura do mito de família em terapia familiar psicanalítica. Acredita (2010, p. 183) que a utilização do espaçograma como mediação em psicoterapia do grupo familiar, “leva a refletir sobre os limites da verbalização no trabalho clínico”, entendendo que o espaçograma opera como mediador para a figurabilidade do irrepresentável, auxiliando na abordagem das falhas na elaboração psíquica da transmissão **inter*** e **transgeracional***. Nas palavras de Benghozi (2010), “Ele permite figurar, em terapia, graças à representação do espaço-casa vivido, uma projeção inconsciente do espaço psíquico individual e familiar, e uma projeção da organização genealógica dos vínculos psíquicos” (p. 184).

A prática do espaçoograma corresponde à realização de um desenho, uma colagem, uma escultura. Benghozi esclarece (2010, p. 184):

Pode tratar-se de um desenho da casa, de um esquema do apartamento, de um plano ou de uma construção em papel, de uma decupagem, de uma colagem, de uma escultura em massa de modelar, representando os lugares de vida, seu arranjo recíproco, os móveis, a existência ou não de uma abertura, porta-janela, escada, corredores, armários embutidos, a existência ou não de jardim, sua disposição, a habitação na rua, no bairro, a cidadezinha.

A confecção do espaçoograma se dá em narrativa de construção grupal, uma vez que mesmo que um participante seja convidado pelo terapeuta a desenhá-lo como lhe vem à cabeça, os demais membros da família prosseguem, completam, retomam. Pode-se desenhar em grandes folhas de papel, num quadro ou representar o espaço da casa por qualquer modalidade plástica. O valor para a terapia está no fato de que a realidade material dos espaços habitados representada no espaçoograma se revela em consonância com o mundo interior **fantasmático***.

Cabe mencionar que Benghozi (2010) pensa que, no contexto da experiência do espaçoograma, podem ser evocados personagens da família e que isso pode conduzir à confecção de um genograma (ver **familiograma***). Chama a atenção para o fato de que, afora as formas configuradas no desenho do espaço da casa, pode surgir a lembrança de odores, imagens, lembranças, sensações, sentimentos, afetos, histórias e assim por diante, elementos que emergem via discurso associativo e serão mediadores de conversas. Para Benghozi (2010), “A prática do espaçoograma – como mediação terapêutica – mobiliza um novo domínio do jogo transicional disponível para a criatividade de um neocontinente grupal e familiar” (p. 204).

Nesta linha, compreende-se que o modo como o espaço da residência é ocupado pelo grupo revela a organização dos vínculos; dá acesso a uma figurabilidade da vida psíquica familiar; mostra “projeções inconscientes de uma espacialização do corpo psíquico grupal genealógico”; traduz uma representação da dinâmica “da malhagem dos vínculos de filiação e de afiliação” (BENGHOZI, 2010, p. 186-188).

Familidade

Luiz Meyer

CONCEITO

O conceito de familiaridade está ancorado na teoria das relações de objeto, mais particularmente na concepção de mundo interno como a concebe Melanie Klein e os neokleinianos. Os objetos internos habitantes e formadores do mundo interno compõem uma assembleia cujos membros estão em constante relacionamento. Há sempre algo sendo feito a um objeto e um objeto fazendo algo com o sujeito.

ETIMOLOGIA

Familiaridade, termo criado por este autor, vem de família; ligado à família. Há dúvidas se a palavra família provém do latim *fames*, fome, ou se deriva do termo *famulus*, servente. Acredita-se que o conceito de família era usado como alusão ao conjunto de escravos e criados, propriedade de um só homem.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Nas próprias palavras de Melanie Klein:

O mundo interno consiste de objetos internalizados em vários aspectos e situações emocionais. As relações entre essas figuras internalizadas, e entre elas e o ego, tendem a ser vivenciadas, quando a ansiedade persecutória é dominante, como essencialmente hostis e perigosas; são sentidas como sendo amorosas e boas quando o bebê é gratificado e prevalecem sentimentos positivos. Esse mundo interno pode ser descrito em termos de relações e acontecimentos internos. (KLEIN, 1991, p. 170)

A sociabilidade deste mundo é promovida e organizada pelas experiências afetivas implícitas nessas relações. Mas estas, por sua vez, ao retroagir, darão nova tonalidade a essa sociabilidade, criando uma sequência de relações.

Tais relações diádicas, presentes sob a forma de transferência e contratransferência, constituem o foco da psicanálise *tout court* (comum, habitual).

Já na psicanálise de família, é a família como um todo, é a sua dinâmica, é o conjunto das relações que os diferentes membros estabelecem, entre si, é o intercâmbio entre eles que vai merecer a atenção do psicanalista.

A família não é concebida como uma mera soma de indivíduos separados, cada qual com sua personalidade, mas como uma nova unidade, uma concreção, uma individualidade resultante das variadas contribuições desses indivíduos.

Apoiada no mecanismo de identificação projetiva, essa rede se forma ao modo de um acordo inconsciente, de um **conluio***, de uma operação conjunta e coletiva dos vários membros que formam o grupo familiar. Ela não só dá sustentação e continuidade à forma de funcionamento vigente como lhe confere um traço distintivo, uma especificidade. Essa dinâmica se sedimenta num agregado, num precipitado que constitui um neo-objeto com o qual cada membro da família vai se identificar.

Sua **introjeção*** vai compor aquela parte específica do sujeito destinada a promover e apreender a dinâmica familiar. É o segmento da personalidade responsável por aquela parte da vida mental que propicia ao sujeito a vivência de “ter uma família”, de “estar numa família”, de “ser (de) uma família”. Eu chamo esta parte do **self*** de familiaridade.

É o campo formado pela família “em relação” que a faz emergir e que lhe dá inteligibilidade. Neste contexto, a familiaridade de cada um dos membros, sua **identidade*** familiar, será ativada, criando uma conjunção que constrói e revela a dinâmica familiar. Ela atua produzindo uma circulação de objetos e partes do *self* entre os membros, acionada pela sequência identificação projetiva <-> identificação introjetiva. A familiaridade de cada membro poderá acolher as identificações projetivas que lhe são dirigidas, introjetá-las, “trabalhá-las” e devolvê-las à circulação. Cada membro pode, pois, ser continente e conteúdo de aspectos de um outro, fator que está na base da circulação de objetos no interior da família. Quando esses objetos são acolhidos e “trabalhados” segundo o funcionamento que caracteriza a posição depressiva (conforme a teoria kleiniana), a identificação projetiva assume a forma comunicativa, e não a de controle ou intrusão. Os fenômenos de transferência entre os diferentes membros da família podem ser aceitos sem se tornar fonte de ansiedade, manipulação ou atenção. Por meio dessa contínua circulação, as boas qualidades de um objeto tornam-se

propriedade comum: são compartilhadas, emprestadas, tomadas por empréstimo. O contato do objeto com cada um dos diferentes membros da família o enriquece, e o objeto, ao ser reinternalizado assim modificado, promove nos membros e no funcionamento geral familiar os aspectos adultos e continentes de sua identidade familiar, isto é, da familidade. As facetas estrutural e objetal da familidade estimulam-se reciprocamente, e desta maneira promove-se o crescimento do grupo enquanto família e dos membros enquanto componentes da família.

Mas esta circulação pode ter um caráter diverso: ela pode ser usada unicamente para descartar aqueles seus aspectos da identidade familiar que são sentidos como perigosos e indesejáveis, partes estas que são então forçadas intrusivamente em outro membro, sendo aí mantidas, “imersas”, sob pressão e controle. Com o tempo, tal processo pode tornar-se tão solidamente estabelecido que aquele aspecto que foi cindido e colocado no continente passa a ser visto como um atributo dele, naturalizando-se. Cria-se assim uma circulação que promove não o desenvolvimento, mas um campo cristalizado, onde a circulação é unidirecional, repetitiva. Tudo se passa como se os membros da família criassem um *pool*, um conjunto de identificações projetivas a serviço do descarte e, de forma subterrânea e acordados entre si, projetassem em um dos membros da família, escolhido como continente, mas que de certa forma a ela se oferece, esses aspectos indesejáveis que livram os outros membros de aspectos de sua identidade (familiar e individual) que lhes são conflitivos ou inaceitáveis. Está assim criado o **paciente*** emergente. Caberá então ao analista desvelar essa dinâmica, identificando a criação comum – a familidade –, que está na raiz das formas de relacionamento vigentes.

Tecnicamente, isso corresponde a tirar o foco do paciente emergente. Quando isso é feito, surge como que por transparência as razões inconscientes que levaram o grupo familiar a criá-lo e a construí-lo, assim como as razões que o levaram a se oferecer como continente. A natureza da familidade, a somatória dos modos como os membros concebem sua identidade familiar e contribuem para a dinâmica de funcionamento da família, pode ser então flagrada.

Fantasma

Ana Rosa Chait Trachtenberg

CONCEITO

É uma formação do inconsciente resultante da passagem do inconsciente de outro, um dos pais, para o inconsciente de um filho. O fantasma tem uma função diferente do recalado dinâmico, já que não tem origem pulsional ou de fantasia inconsciente, e se aproxima da ideia de um ventríloquo, um estranho em relação ao próprio sujeito.

ETIMOLOGIA

Do grego *phántasma*, *phanein*, brilhar, aparecer, mostrar, tornar-se visível. Alusão a imagens que podemos criar na mente.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Por menos segredos que tenham seus pais, eles lhe transmitirão uma lacuna no próprio inconsciente, um saber não sabido [...]. Um dizer enterrado em um dos pais se torna para a criança um morto sem sepultura. Este fantasma retorna, então, a partir do inconsciente e vem assombrar, induzindo fobias, loucuras, obsessões. Seu efeito pode até atravessar gerações [...]. (ABRAHAM; TOROK, 1995 p. 278)

O tema da transmissão psíquica entre gerações estava já presente em “Totem e tabu” (FREUD, 1913/1992), com destaque para o tabu do incesto, o parricídio e o tratamento dado ao luto e aos fantasmas, logo retomados em “Luto e melancolia” (FREUD, 1917).

No pensamento de Nicholas Abraham e Maria Torok (1995), autores que cunharam o termo em sua especificidade, o conceito de fantasma está diretamente ligado às **heranças***/**transmissões transgeracionais***. Fantasmas aparecem como efeito de **segredos*** de família em gerações sucessivas.

Ao se referir às ressonâncias do trauma não elaborado em uma dada geração, Abraham e Torok (1995, p. 395) enfatizam que nada pode ser abolido completamente; algo aparecerá em gerações seguintes, como enigma ou como algo impensado. No entendimento desses autores, o fantasma que volta a encarnar é o testemunho da existência de um morto enterrado no outro.

Nessa linha de pensamento, Benghozi (2000) utiliza o termo traumatismo como herança para designar situações em que, embora o fato traumático tenha se dado com o progenitor, é transmitido ao descendente sem que nunca tenha sido falado. Para esse autor, há um risco constante de que um traumatismo psíquico, não metabolizado, seja repetido depois de várias gerações.

O traumatismo, que pode ser um luto, vergonha, violência social etc. sem possibilidade de elaboração psíquica (com clivagem do ego e formação de **cripta***), constitui uma verdadeira pré-história para as gerações seguintes, pela qual estão compulsoriamente atravessadas. As gerações futuras têm que lidar com uma experiência traumática que não é própria, mas sim dos pais, de quem dependem psiquicamente. Serão possíveis prisioneiros de sua pré-história. Serão as gerações fantasma.

O fantasma resulta, então, sobre um sujeito, dos efeitos inconscientes da cripta de outro, de seu segredo inconfessável. De acordo com Trachtenberg (2013, 2017), o fantasma é o possível efeito da não palavra, da cisão ou clivagem, da defesa extremada do sujeito ao longo de sucessivas gerações. Podemos dizer que o sujeito fantasma é, portanto, prisioneiro de outro sujeito, do sujeito cripta.

Tisseron (1997) os descreve da seguinte maneira:

- geração cripta: indizível;
- geração fantasma 1 (filhos): inominável; os conteúdos são ignorados e apenas pressentidos, como um fantasma que ronda uma casa; essa geração poderá apresentar dificuldades de pensamento, de aprendizagem, temores imotivados;
- geração fantasma 2 (netos): impensável; há impossibilidade de pensar os acontecimentos traumáticos ocorridos na geração cripta, podendo aparecer toxicomanias, delírios, transtornos psicossomáticos etc.

Depois da terceira geração, podem aparecer reações afetivas incongruentes, possíveis rupturas de laços de **pertença*** ou tradição.

Funções fóricas

Maria Inês Assumpção Fernandes

CONCEITO

São funções capitais em todo agenciamento do **vínculo*** intersubjetivo e são estruturadas segundo a dupla determinação intrapsíquica e intersíquica, e designam localizações (lugares) intermediárias que “qualificam a sustentação (phoria) e a metáfora” (KAËS, 1994, p. 231). As funções fóricas designam “os lugares e as funções cumpridas no grupo por alguns de seus membros, quando eles são **porta-palavra***, **porta-sintoma***, porta-sonho, porta-ideal, ou porta-morte, etc.” (KAËS, 2007, p. 32).

ETIMOLOGIA

Funções, do latim *functio, onis*, trabalho, execução, término de desempenho; do latim *fungor*; cumprir, exercer, desempenhar (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 1402). Fóricas, do latim *metáphora, ae*, metáfora; do grego *metáfora, as*, mudança, transposição; do verbo *metaphérō*, transportar (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 1907).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

As figuras, as funções e os lugares que assumem o conceito de funções fóricas devem ser compreendidos “simultaneamente e correlativamente do ponto de vista da subjetividade dos sujeitos que as encarnam, do ponto de vista dos **vínculos* intersubjetivos*** a que eles servem e do ponto de vista de suas funções na estrutura do grupo” (KAËS, 2007, p. 119).

Elas:

resultam de processos psíquicos bivalentes ou bifaces, seres mistos, intermediários entre os sujeitos singulares e o grupo, comuns a seus membros; as formações asseguram a continuidade e a articulação entre a psique dos sujeitos e a do grupo, mas

elas se formam e se realizam em cada um desses **espaços psíquicos*** segundo modalidades próprias. (KAËS, 1994, p. 232)

A noção de porta-voz expressa um caso particular de funções fóricas que se localizam e cumprem sua função na articulação da estrutura **intrapsíquica*** e da organização intersubjetiva, permitindo tratar a questão da palavra nos conjuntos intersubjetivos. Ela permite estudar a função do inconsciente do outro – ou de mais de um outro – na formação do aparelho psíquico e, mais diretamente, na constituição do inconsciente.

Essas funções incluem e ultrapassam a simples ligação entre dois espaços descontínuos (KAËS, 2007, p. 119). As pessoas que as encarnam são o suporte dessas funções que sustentam. São funções simultânea e correlativamente subjetivas, intersubjetivas e grupais.

As funções fóricas são discutidas a partir da conceituação de formações intermediárias e fazem parte da pesquisa desenvolvida por René Kaës sobre as articulações entre grupalidade psíquica, sujeito do grupo e realidade psíquica do grupo. O debate sobre a noção de porta-voz permitiu que se desenvolvesse o esboço de um quadro mais geral que conceituasse sua função (KAËS, 1994). Para tanto, Kaës explora o que nomeia como uma de suas direções de pesquisa, ou seja: o interesse pela posição do sujeito no grupo. Essa direção de pesquisa representa revisitar a concepção de sujeito e de inconsciente e considerar que o destaque dado ao grupo evidencia a extensão do campo de objetos e de práticas da psicanálise.

Para realizar essa empreitada, Kaës recupera e discute a noção de **porta-palavra*** em Piera Aulagnier e a noção de porta-voz em E. Pichon-Rivière. Os estudos de Pichon-Rivière são recuperados, principalmente no que se refere a porta-voz, pois Kaës reconhece neles o esboço de um segundo espaço psíquico (KAËS, 2015, p. 77), o que confere a esse autor relevância nos estudos sobre as funções fóricas. A leitura que faz das contribuições de Pichon-Rivière o leva a dizer que este segundo espaço psíquico seria aquele de um indivíduo considerado como paciente designado (segundo a teoria sistêmica), ou como um emergente (segundo a teoria da complexidade). Considerando que a teoria do vínculo e a teoria sobre os grupos/grupos operativos, para Pichon-Rivière, apoiou-se na pesquisa sobre o grupo familiar e sua concepção de doença mental, Kaës mostra

que tais considerações permitem pensar o indivíduo em função do papel que ele cumpre num **grupo***, numa **família*** ou numa instituição (KAËS, 2005).

Em relação a Piera Aulagnier e suas contribuições sobre o conceito de porta-palavra, Kaës (1993, 2005) considera que a partir de um contexto muito preciso, o do tratamento individual de pacientes psicóticos, ela descreve um espaço que é, ao mesmo tempo, um **espaço psíquico***, um espaço social e um espaço cultural no qual o eu pode se constituir e advir. Ele reconhece que Aulagnier concede uma atenção particular ao micro meio intermediário entre a psique do sujeito singular e o meio psíquico ambiente. “Este micro meio – o meio familiar ou o que houver em seu lugar – é percebido e investido pelo infans (do latim, aquele que não fala), como metonímia do conjunto” (KAËS, 2005, p. 40).

Reconhece-se, em sua pesquisa, o esboço de uma concepção politópica do inconsciente na qual a experiência de grupo permitirá “a investigação dos conteúdos inconscientes que transitam de um sujeito a outro nas formas de **vínculo*** e segundo mediações não arbitrárias” (KAËS, 1993, p. 95). Esses conteúdos são depositados, alojados, encriptados, decryptados e transmitidos por meio de diversas transformações. As funções fóricas apresentam, assim, as características de encarregar-se, suportar, sustentar, apoiar, conter e incorporar, transportar e transferir, representar e delegar (KAËS, 1994). Elas são sustentadas, em **grupo*** e em **família***, por representações e emoções de natureza diferente e podem ser avaliadas em termos de tolerância psíquica à carga que lhes é associada, interrogando os limites com os quais um grupo ou um membro do grupo se depara.

REFERÊNCIAS

AULAGNIER, P. *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

FERNANDES, M. I. A. *Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FERNANDES, M. I. A. O trabalho psíquico da intersubjetividade. *Revista Psicologia USP*, Dossiê Fronteiras entre a Psicanálise e a Psicologia Social, v. 14, n. 3, p. 47-55, 2003.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KAËS, R. *Le groupe et le sujet du groupe*. Paris: Dunod, 1993.

Holding familiar (função continente)

Celia Blini de Lima

CONCEITO

O **holding familiar*** poderia ser descrito como o que acontece no **entre*** da relação analítica entre o psicanalista e o casal ou entre o psicanalista e uma família, dentro do processo analítico, no qual a pessoa do analista e suas qualidades de acolhimento são de total relevância. O *holding* inclui, portanto, o ambiente, o próprio *setting* e um dos elementos fundamentais no exercício da função analítica, que se refere a uma pessoa (o psicanalista) recebendo outra (o indivíduo) ou outras (o casal ou a família). Trata-se de uma experiência emocional análoga à vivida na relação mãe-bebê; a função analítica se equipara à função materna no que diz respeito à sustentação e capacitação do manejo das experiências emocionais no campo da relação humana.

ETIMOLOGIA

O termo *holding* é de origem inglesa e provém do verbo *to hold*, segurar, manter, ter capacidade para conter, aguentar, resistir (HOUAISS; CARDIM, 1985, p. 150).

Em português, segurar é derivado do latim *securus*, seguro, livre de perigo, firme (CUNHA, 1982, p. 711). O termo *holding* foi utilizado por Winnicott para referir-se ao suporte físico e psíquico oferecido ao bebê pelo cuidador, e contém uma qualidade de relação.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Holding é a denominação que Winnicott passa a empregar em meados da década de 1950, à provisão ambiental, que inclui a elaboração de experiências que são inerentes à existência, as quais podem parecer puramente fisiológicas, mas acontecem num campo do qual fazem parte as necessidades psicológicas da criança, determinadas pela percepção e empatia da mãe.

“A criança precisa ser ‘segurada’, ‘sustentada’ por uma pessoa cujo envolvimento emocional esteja em jogo, assim como as respostas fisiológicas”

(ABRAM, 2000, p. 139, grifos nossos). O *holding* seria uma espécie de manejo do qual faz parte o toque, o calor, o ambiente total na relação mãe-bebê, uma relação de grande significado para o bem-estar, segurança e desenvolvimento do bebê, na qual a qualidade do objeto de relação tem total importância.

Esses cuidados acontecem num momento em que a fisiologia e a psicologia ainda não se diferenciaram, estão a caminho disso, e é, portanto, muito importante levar em conta a sensibilidade da pele do bebê – toque, temperatura, “sensibilidade do cair (pela ação da gravidade) e a falta de conhecimento por parte do bebê da existência de alguma coisa que não o *self*” (ABRAM, 2000, p. 138).

Corresponde aos estágios iniciais do bebê um estado de fusão, de não integração, que é recebido pelo *holding* da mãe, um cuidado materno consistente, que vai gradativamente separando o eu do não eu, de estar fundido com a mãe para ser separado dela. O ambiente de *holding* estende-se, portanto, ao ambiente físico, ao manejo da mãe nos cuidados do bebê, mais a sustentação emocional oferecida pela qualidade de contato da mãe, e se estende ao pai, que faz uma parte importante desse ambiente. O bebê precisa estar fisicamente seguro, contido e psicologicamente acolhido ou sustentado para desenvolver-se de forma satisfatória (MEDEIROS; AIELLO-VAISBERG, 2014).

Winnicott relaciona *holding* também a outros conceitos fundamentais criados a partir de sua clínica, como a noção de ilusão, o sentimento de continuidade e integração.

A ideia de um *holding* suficientemente bom inaugura-se com a relação mãe-bebê dentro da família, completa o autor, e expande-se para outros grupos sociais, garantindo os ingredientes essenciais para o desenvolvimento. Sem esse ambiente de qualidade especial, esses desenvolvimentos não são alcançados, e, se forem, podem não se sustentar. Assim, a preocupação materna primária cria um ambiente que se torna o suporte egoico do bebê e implica a empatia da mãe. É por essa razão que “o bebê torna-se apto para desenvolver a capacidade de integrar a experiência e desenvolver um sentimento de ‘EU SOU’ eu” (ABRAM, 2000, p. 136).

Inicialmente, Winnicott referiu-se a uma fase – fase de *holding*, imaginando algo que passa. É possível, no entanto, pensar que *holding* é mais que uma fase, é uma necessidade do ser humano, que acontece em situações comuns da vida cotidiana e, em especial, em situações difíceis, como as de desamparo.

Já foi até proposto o *holding* como intervenção terapêutica por Medeiros e Aiello-Vaisberg (2014), que maneja as transferências e as contratransferências, sustenta uma experiência, sem abordagens interpretativas, mas que favorece mudanças no posicionamento pessoal dos pacientes.

Nessa fase inicial (*holding*) de dependência, o bebê caminha da dependência absoluta para uma dependência relativa (quando já percebe os cuidados que recebe e que podem ser transferidos num tratamento analítico), até a independência, quando o bebê desenvolve meios para seguir vivendo com o acúmulo das experiências de cuidado. Inclui a presença viva, confiável da mãe (WINNICOTT, 1990, p. 45). Diz Winnicott:

Na fase de *holding* outros processos são iniciados; o mais importante é o despertar da inteligência e o início da mente como algo separado da psique. Daí se segue a história toda do processo secundário e da função simbólica, e da organização do conteúdo psíquico pessoal, que forma a base do sonho e das relações vivas. (WINNICOTT, 1990, p. 45)

O termo *holding* foi utilizado no paradigma bebê-mãe suficientemente boa como uma “forma de compreender melhor o que poderia ser provido pela relação analítica” (ABRAM, 2000, p. 136).

Essa função materna poderia ser usada como analogia à função analítica, quando a relação for entre o psicanalista e seu paciente, seja individual, de casal ou família.

O ambiente de *holding* analítico deve fornecer estabilidade e confiança ao paciente. Depende muito da maturidade emocional do analista e de sua capacidade de acolhimento e compreensão das emoções em curso, sua capacidade de *rêverie* (BION, 1962).

A colocação definitiva do *holding* inclui necessariamente, para Winnicott, o pai, como parte integrante do cuidado do bebê.

É o *setting* analítico que fornece o ambiente de *holding* necessário ao paciente, afirma Winnicott), em combinação com o aspecto físico do ambiente – o divã, o calor, a cor da sala, e assim por diante –, que refletem a preocupação materna primária da mãe (*apud* ABRAM, 2000, p. 139).

O psicanalista familiar, portanto, está na função de criar um *setting* capaz de *holding*, que favoreça a **escuta***, “a compreensão”, para que o casal ou a família

possam colocar suas representações, identificações e fantasias inconscientes, emoções e sentimentos, contando com condições favoráveis, facilitadoras do pensar, e em que as experiências vividas e relatadas possam ser compreendidas, ressignificadas e interpretadas.

De toda essa apresentação do *setting* analítico, identificando-o de alguma forma com o *holding*, Winnicott retira da situação analítica a ideia do analista tocar o paciente, o que acontece no manejo do bebê pela mãe ou cuidador.

Estendendo o conceito de Winnicott para o atendimento de casal e família, o psicanalista em sua função de *holding* suficientemente bom deve ser capaz de acolher o casal ou o grupo familiar para que todos sintam um campo ou um espaço potencial seguro e empático, favorecedor de que se instale livremente a comunicação entre os presentes e a confiança de que serão ouvidos, uma escuta compreensiva, humana.

O *holding* familiar, cria um espaço potencial de tal qualidade, que define o *setting* e permite ao psicanalista estar num estado de atenção e de capacidade intuitiva que abre espaço para as **transferências***, pela sua disponibilidade emocional, comparável à preocupação materna primária da mãe, ao mesmo tempo que encaminha um manejo da cena verbal e não verbal que se passa na sessão.

Poderíamos pensar que, num ambiente de *holding* familiar suficientemente bom, a **contratransferência*** do psicanalista funciona como um “apoio” para as transferências, não como “contra”, e encontra espaço para se desenvolver.

Dentro de um atendimento de casal ou família, podemos pensar que o psicanalista familiar capaz de criar um ambiente de *holding* coloca-se numa atitude que abre espaço para as transferências e contratransferências, com sua escuta compreensiva. Essa postura pessoal, viva, humana, por si, torna-se um campo aberto para experiências do casal ou da família, e pode levar a experiências mutativas em um ou mais elementos do grupo, sem que haja qualquer interpretação. Podemos observar algo assim quando atendemos um casal em conflito muito sério, à beira de uma separação, que se mantém no tratamento psicanalítico e suporta as tensões do confronto por um tempo maior, que adia a decisão. A sustentação, portanto, pode promover mudanças, e pode ser considerada um instrumento no trabalho do casal e da família, que participa dele durante todo o tempo de análise.

Imposição

Angela Piva

CONCEITO

Berenstein (2004) definiu a imposição como um mecanismo constitutivo do **vínculo***, para dar conta da ação do outro sobre mim, a qual estabelece uma marca independente do meu desejo. Impor é uma ação instituinte, tem caráter de obrigatoriedade, à medida que se torna necessário fazer um lugar para o outro. Fazer uma marca aporta um novo significado para cada sujeito, propõe algo inédito, específico daquele vínculo. A imposição deve se diferenciar da projeção-introjeção, que é o mecanismo constitutivo da relação de objeto.

ETIMOLOGIA

Do latim *impositu*, aquilo que é realizado sem consentimento.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

O mecanismo da imposição institui-se também como um dos mecanismos de constituição do sujeito, assim como a identificação descrita por Freud (1921). No momento inicial há uma identificação primária ou originária, conhecida, na psicanálise, como expressão primeira de uma ligação afetiva com outra pessoa, cujo percurso segue nas identificações secundárias. Tanto a identificação quanto a imposição são com e desde o outro. No entanto, a imposição é sempre originária; ocorre nas primeiras etapas da vida. Porém, os pais não são os únicos sujeitos da imposição, na medida em que ela ocorre em todas as relações e nas várias etapas da vida:

O “desejar ser” (identificação) como o “dever pertencer” (imposição), tanto o infantil como o atual, carregam uma forte marca cultural, como ocorre com os pais e os outros membros do conjunto social a que se pertence, representado pelo bairro, a cidade, crença religiosa ou a classe econômica. Isso faz o sujeito social. (BERENSTEIN, 2004, p. 32, tradução nossa)

A imposição por pertencer não reconhece o desejo como determinante, ainda que possa com ele coincidir. O pertencimento e a forma de pertencer levam o sujeito a adotar uma série de ações que o convertem em sujeito deste vínculo e não de outro. Estas novas marcas funcionam de forma suplementar, não dependente das marcas primitivas.

Ao autor não escapou o fato de haver necessidade de outras palavras para operações que são distintas. Frente a isto, diz ser preciso diferenciar uma imposição subjetivante de seu excesso, que se caracteriza como imposição dessubjetivante, da qual o autoritarismo seria uma das expressões.

Sintetizando, pode-se dizer que o sujeito se sustenta na pertença inerente ao vínculo e na identidade inerente ao eu, ambas constituindo subjetividade. Sobre a base da identificação se produz um eu dividido, e sobre a base da imposição se produz um sujeito múltiplo e indeterminado. O mundo interno, o pulsional, os outros, a família, o social são mundos distintos que geram processos de subjetivação.

A imposição como mecanismo obrigatório exige um trabalho psíquico e vincular que põe em marcha os juízos de atribuição, existência e presença, não para anulá-la, mas para significá-la, inscrevê-la e decidir as ações necessárias a serem tomadas. Este processo obriga, em muitos casos, um fazer com outro.

O vincular permite formular outra concepção acerca da origem do psiquismo, baseada no desamparo originário, na mãe como objeto amparador que marca uma posição de assimetria. As noções de presença, imposição e alheio-descentram o desamparo inicial e o colocam como uma das determinações, mas não como a única. A posição da mãe e a posição do bebê marcam uma relação de diferenças e resultam do encontro, de uma forma bidirecional. Na diferença, cada um propõe ao outro a heterogeneidade. As marcas que deixamos nos outros e as que eles nos deixam se instituem suplementarmente com as inscrições originárias.

Imposição se relaciona com **poder***. Poder, como verbo, dá conta das ações e experiências emocionais em que a imposição subjetivante traz como condição necessária a modificação da subjetividade.

Poder passa a ser um substantivo quando o impor se torna uma investidura do eu que aspira se perpetuar neste lugar. Torna-se um excesso, pois o mecanismo de instituição vincular passa a ser de anulação do vínculo e destituição do

Lógica contratualista

Ruth Blay Levisky

David Léo Levisky

CONCEITO

Contrato baseado em princípios morais e religiosos que possibilitam condições para uma vida em sociedade. As atividades psíquicas simbólicas e representacionais surgiram pelas interdições e frustrações criadas dentro de uma lógica contratualista. As proibições do incesto e do assassinato do pai, os pactos feitos pelos irmãos que assassinaram o pai da horda primitiva possibilitaram a organização de normas culturais, para o enfrentamento do animal primitivo que o homem carrega dentro de si.

ETIMOLOGIA

Lógica, do grego *logiké, tékhné*, representa a ciência do raciocínio. Modo de raciocinar coerente, que expressa uma relação de causa e consequência. Contratual, do latim *contractus*, é a doutrina que teve origem na filosofia grega e adquiriu importância política, no pensamento liberal moderno, pois considera a sociedade humana e o Estado como originados por um acordo ou contrato, estabelecido entre cidadãos, em detrimento dos excessos estatais ou da autocracia (DICIO, 2020).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

A busca de satisfação pulsional leva os integrantes de uma relação a construir **vínculos*** afetivos e sociais. Freud, nos textos “Totem e tabu” (1913/1973a) e “Mal-estar na cultura” (1930) procura demonstrar a existência de uma lógica contratual na formação dos vínculos; as descargas das pulsões amorosas ou agressivas precisam se adequar a uma realidade e, por isso, devem ser desviadas, sublimadas, reprimidas e compensadas para possibilitar a construção dos vínculos. Esse desvio traz sofrimentos e frustrações, gratificações e compensações (CASTANHO, 2015). Freud (1913/1973a) baseou-se no conceito da lógica contratualista de Hobbes (1642/2002) para compreender as funções psíquicas

inconscientes presentes no mito de Édipo. Hobbes, por sua vez, baseou-se em elementos da filosofia política, enquanto Freud fez uma leitura psicanalítica do mito. Hobbes instituiu a fundação do Estado com suas leis políticas e sociais, enquanto Freud, a partir do mito de Édipo, criou um contrato baseado em princípios morais e religiosos para uma vida em sociedade. Ambos identificaram a necessidade da criação de normas sociais para a organização da sociedade. Do ponto de vista freudiano, apesar dessa lógica ser fundamental, as pressões que ela acarreta sobre as pulsões amorosas ou agressivas produzem sofrimento e frustração, elementos para a construção de uma metapsicologia do **vínculo social***. Os tabus do **incesto*** e do parricídio (FREUD, 1913/1973a) possuem papel fundamental na estruturação psíquica de cada membro do grupo social (CASTANHO, 2015). A formação dos **vínculos*** está diretamente relacionada à obediência das leis impostas pelo tabu. A construção da **identidade*** do sujeito depende da cultura, e a cultura necessita do controle das pulsões do grupo para se constituir (CASTANHO, 2015). Outro conceito que se baseia nas ideias da lógica contratualista é o das **alianças inconscientes*** (KAËS, 2009). Freud (1930/1973c) assinala que para se viver em sociedade com segurança é necessário suportar as renúncias ligadas à satisfação das pulsões. As defesas surgem no aparelho psíquico como mecanismos que trazem uma diminuição ilusória do sofrimento, diante das dolorosas mudanças provocadas pela realidade. Os seres humanos, ao se identificarem com o sofrimento grupal, podem criar um delírio coletivo, ou seja, um mecanismo inconsciente cuja finalidade é a busca de outros caminhos para encontrar a felicidade. Pela lógica contratualista, os indivíduos que decidem sair do delírio compartilhado pelo grupo podem colocar em risco a estratégia de busca da felicidade em relação aos que permanecem nesse grupo. Percebe-se uma tensão entre a necessidade singular e a do grupo. O grau de sofrimento dos membros de um grupo registra variações, dependendo do momento histórico-cultural e dos valores morais da época; a culpa, por exemplo, surge como consequência da morte do pai primevo, assassinado pelos filhos. Em função da culpa, surgem os tabus da proibição do incesto e do homicídio, e infringir a lei faz do sujeito um criminoso (FREUD, 1930/1973c). O **complexo de Édipo*** corresponde ao início da ideia de um **pacto*** (contrato) feito pelos irmãos, que produziu normas para se viver em sociedade. É no totemismo primitivo que se encontra o germe da vida civilizada, um conjunto de leis morais.

Mãe esquizofrenizante

Maria de Lurdes de Souza Zemel

CONCEITO

É a mãe que transmite a seu filho uma mensagem favorecedora do desenvolvimento de sintomas da esquizofrenia. Essa mensagem pode ser de muitas formas: com comunicação de duplo **vínculo***, por exemplo. O desenvolvimento do sintoma também dependerá da condição do seu receptor (o filho); a relação que ele estabelece com essa mãe e a condição de resiliência que ele tem.

ETIMOLOGIA

Do grego *schizein*, fender, clivar, e *phrenós*, pensamento.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Em 1911, Bleuler cunhou o termo esquizofrenia

a partir do grego *schizein* (fender, clivar) e *phrenós* (pensamento), para designar uma forma de loucura a que Emil Kraepeling dera o nome de “demência precoce”, e cujos sintomas fundamentais são a incoerência do pensamento, da afetividade e da ação (chamada *Spaltung* ou clivagem), o ensimesmamento (ou autismo) e a atividade delirante. (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 189)

Freud, em 1924, (1924/1966, p. 167), em seu trabalho “Neurose e psicose”, escreve: “a neurose é o resultado de um conflito entre o ego e o id, ao passo que a psicose é o desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo”.

O conceito da patologia passou a ser ampliado para ser compreendido na relação já desde os primeiros tempos de vida com bebê.

Na década de 1940 Melanie Klein trouxe uma contribuição importante ao estudar as crianças e mostrar que o medo paranoide inibe a simbolização e o desenvolvimento do pensamento. Foi Klein que nos trouxe a “posição

esquizoparanoide” como uma etapa do desenvolvimento, e não como uma patologia (HINSHELWOOD, 1992). Klein mostrou, ainda, a ligação dessa posição com a pulsão de morte para os mais comprometidos psiquicamente.

Em 1952, Winnicott, dirigindo-se a Money-Kyrle por meio de uma carta, explica o que é para ele a mãe suficientemente boa.

Penso frequentemente em referir-me à mãe, a pessoa real que está com o bebê, como se ela fosse perfeita ou como se correspondesse à “mãe boa” que faz parte do jargão kleiniano. Na verdade, sempre me refiro à “mãe suficientemente boa” ou à “mãe que não é suficientemente boa” pois, no que diz respeito ao fato que estamos discutindo, ou seja, a mulher real, temos consciência que o melhor que ela tem a fazer é ser boa o suficiente. [...] A “mãe boa” e a “mãe má” do jargão kleiniano apresentam-se como objetos internos, não tendo nada em comum com as mulheres reais. O melhor que uma mulher real tem a fazer com um bebê é ser suficientemente boa de uma forma sensível inicialmente, de modo que a ilusão para ele se torna algo possível desde o início. Essa mãe suficientemente boa também é um “seio bom”. (ABRAM, 2000, p. 144)

Em 1956, Winnicott situa a etiologia das psicoses na estrutura ambiente-indivíduo. A mãe viveria uma situação oposta à do *holding*:

Na prática o que se passa é que as mulheres, tendo produzido uma criança, mas perdido o trem nos primeiros estágios, deparam-se com a incumbência de restabelecer aquilo que foi perdido. Elas passam por um longo período no qual devem adaptar-se às necessidades da criança em crescimento, mas não é certo que obtenham sucesso na correção da distorção precoce. Em lugar de supor certos efeitos benéficos na preocupação precoce e temporária, elas insistem em que a criança precisa de uma terapia, ou seja, de um período prolongado de adaptação às necessidades, ou então insistem em mimá-la. Elas preferem a terapia em vez de serem mães... Essa tarefa da mãe (ou da sociedade) é exercida com um enorme esforço, pois não se dá de uma forma espontânea. Esta incumbência, nas mãos certas, faz parte de um período precoce, neste caso à época em que o bebê começa a existir como indivíduo. (ABRAM, 2000, p. 29)

Essa falha materna ou ambiental, como Winnicott a nomeia, pode levar a incontáveis efeitos sobre a saúde mental do bebê.

Nos anos 1970, houve uma grande revolução psiquiátrica conhecida como antipsiquiatria, que consistiu na constatação da observação de que a instituição psiquiátrica estabelecia uma relação institucional doente, psicótica, com seu “paciente”. Esse movimento foi encabeçado por dois psiquiatras ingleses: Laing e Cooper. Segundo Mannoni (1971), “A antipsiquiatria fez a escolha de defender o louco contra a sociedade” (p. 180).

Voltando com seus “loucos” para suas casas, as famílias tiveram também que repensar suas estruturas de funcionamento. Apresentaremos alguns teóricos que cuidaram desse assunto.

Trinca nos apresenta a força das mensagens entre os pais e os filhos e a mistura do amor e do ódio nestas mensagens causadoras de sintomas esquizofrenizantes:

Mensagens ambíguas e esquizofrenogênicas dos pais têm a capacidade de provocar nos filhos sentimentos generalizados de impotência, inutilidade e fracasso, alterando essencialmente a relação de objetos e a noção que eles têm de si mesmos. Quando o ódio e a rejeição se misturam com mensagens pseudoamorosas, é provável que façam os filhos acreditar que as hostilidades sejam tão válidas quanto o amor que desse modo lhes é dedicado, sendo difícil distinguir uma coisa da outra. Cria-se, assim, uma origem e uma justificativa para a autodestrutividade. (TRINCA, 2011, p. 91)

E Trachtenberg (2007, p. 7) mostra a importância da **transmissão transgeracional*** na patologia de gerações futuras:

Transmitir é fazer passar um objeto de identificação, um pensamento, uma história ou afetos de uma pessoa para outra, de um grupo para outro, de uma geração para outra. Na transgeracionalidade as transmissões são inconscientes e poderão ser determinantes nas patologias de gerações seguintes. (TRACHTENBERG, 2007, p. 7)

Objeto único

Angela Piva

CONCEITO

O objeto único é aquele que inicialmente provê a ação específica, discrimina mundo interno e externo, eu/não eu, dá os primeiros indícios de realidade, tem a aptidão de antecipar-se ao desejo, assim como fornecer ao eu inerme e desamparado um auxiliar capaz de significar. Ele é a contrapartida do desamparo originário baseado na imaturidade do bebê. Por meio de uma conjunção semântica, o objeto único primitivo do desamparo se associa com o objeto amoroso e único doador de segurança e amor incondicional.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Berenstein e Puget formularam, em 1989 a noção de objeto único para descrever uma modalidade vincular primitiva narcisista de funcionamento do casal que dá conta de um tipo de **vínculo*** entre um eu desamparado e outro dotado de capacidades para, mediante o exercício de uma série de funções, tirá-lo dessa condição.

No momento, essa formulação alicerça-se em um modelo evolutivo que está na base de toda relação de casal, fundamentado na situação inicial de desamparo originário e condição humana essencial que coloca em movimento um investimento no outro como objeto com atributos de onipotência, onipresença e onisciência, e que deseja uma fusão com esse “objeto” produtor de uma sensação oceânica que se reproduz na situação de enamoramento.

Berenstein e Puget consideram a relação com o objeto único como um dos elementos prévios para a constituição de uma plataforma inconsciente do casal. Esse conceito, de fundamento estruturalista, é uma tentativa de estabelecer uma metapsicologia do funcionamento do casal visando compreender a complexa relação **interfantasmática*** que regula os intercâmbios verbais, emocionais e econômicos. Ela é uma relação estável, mas não imutável, sendo sustentada por **pactos*** e acordos inconscientes e fornecendo um código de significados implícitos.

As funções do objeto único são:

- Assistente: o objeto único terá uma dupla inscrição vincular, ou seja, de um lado, o bebê que deseja e precisa contar com este objeto e, de outro, aquele que tem o desejo de se instalar nesse lugar. A partir daí, gera-se um vínculo de completude, sem espaço para a dúvida. A satisfação de estar nesse lugar de assistente único oferece a ilusão de uma relação objetual, que pode rapidamente converter-se em uma ilusão narcisista. Conforme Berenstein e Puget (1989, p. 193) “parafrazeando Freud, se converte em sua majestade o assistente”.
- Este modelo de vinculação se reativa em situações de conflitos, de desproteção, de insegurança, bem como nas crises vitais. Pode ser ativada também a necessidade de se constituir como um objeto único messiânico para um outro ser desamparado, fazendo predominar suas necessidades megalomaniacas.
- Embora esse outro tenha sido escolhido por suas possibilidades de oferecer apoio e proteção, que facilitam sua colocação na posição de objeto único, a realidade vai oferecendo os sinais das condições desse outro para desempenhar tal função, estabelece-se a diferenciação entre desamparo originário e desproteção. Lembrando que na relação conjugal está implícita, mediante os acordos inconscientes, uma relação de proteção mútua que se dá de forma flexível e constante.
- Doador de significados: os pais ou cuidadores, por meio de sua capacidade identificatória, têm a possibilidade de significar e dar sentido aos desejos do bebê, criando um tipo de comunicação para além das palavras, até que esta capacidade se instale. A partir daí, cria-se um tipo de comunicação peculiar, própria daquele vínculo e que para um observador externo pode ser incompreensível.
- Se, por um lado, os pais traduzem as necessidades do bebê, por outro, o fazem a partir de seus próprios significados. A semantização parental também limita as possibilidades de semantização do bebê, experiência esta que Piera Aulagnier (1993) denominou de violência primária, na medida em que a mãe tem o privilégio de ser para a criança o enunciador mediador do discurso do ambiente, do permitido e do proibido. Esse discurso materno é marcado pela repressão que operou sobre ela.

- Doador da indicação: uma função importante das figuras parentais é a de fornecer indícios para que o bebê gradativamente estabeleça uma distinção entre estímulos externos e estímulos internos. Os pais fornecem um sistema de representações pré-verbal e verbal, e o bebê lentamente irá construindo suas próprias representações.
- O objeto único indica ao bebê sua condição de desejante, ao mesmo tempo que ocupa a posição de amparador, exerce sua função de proteção e promove a realização dos desejos.
- Nas relações amorosas, se estabelece um contexto compartilhado no qual os sujeitos se alternam na posição de desejante e de objeto de desejo. Especialmente no enamoramento, as estipulações se baseiam em premissas ilusórias e reeditam a necessidade de um contexto em que não haja diferenças. O surgimento de novas demandas, o nascimento dos filhos, a passagem do tempo, tornam necessário dar lugar a outros, a esses novos elementos.
- Berenstein e Puget (1989) apontam que uma tentativa de manter essa relação com objeto único pode ser o surgimento de uma relação com um amante, que pode se constituir como um vínculo com essa configuração de contexto único. A ruptura de uma relação com caráter dual é vivida como uma violenta intrusão, denunciando o caráter primitivo e interrompendo o gozo da situação de segredo.
- Doador da temporalidade: a função de ordenação do tempo vai se configurando a partir da vivência de postergação da realização dos desejos, quando se tem a experiência de que desejar não é sinônimo de ter.
- As indicações das diferenças geracionais também são outro elemento de ordenação temporal, bem como as narrativas sobre a história familiar em um contexto ampliado, que inclui as gerações precedentes.
- Na relação conjugal a inclusão da temporalidade passa pela construção de projetos vitais compartilhados em diferentes momentos da vida.
- Doador da função antecipatória: a função de prever o mal-estar do bebê, antecipando o surgimento da necessidade, atenua a angústia e ameniza a situação ameaçadora para um ser em estado de desamparo. Neste, se impõe a presença e ação de alguém conhecedor e capaz de decodificar o mal-estar e a dor, promovendo as ações necessárias de maneira estável

e repetida para que também vá se configurando sentido para as experiências.

- É comum que nos casais se estabeleça a suposição e o desejo de que o outro deva conhecer e antecipar-se aos desejos, o que forneceria um prazer a mais ao do desejo explicitado. Quando o outro é predominante investido dessa exigência de antecipação, a consequência é o estabelecimento de uma situação de indiferenciação e de caos.
- Doador da função semiótica: as figuras parentais também precisam ser capazes de diversificar e estabelecer uma relação entre signo e significado. Por exemplo, se a mãe oferece alimento toda vez que o bebê chora, reúne vários signos em um mesmo significado e promove uma ansiedade confusional. Da mesma forma, na relação amorosa se faz necessário que os parceiros tenham a capacidade de diversificação dos signos, especialmente na passagem do estado do enamoramento, que a complexidade de uma relação demanda.

Com o desenvolvimento da teoria vincular, essa denominação de objeto único apresenta alguns obstáculos por propor a noção de objeto como uma modalidade vincular, por se embasar em um modelo evolutivo, sustentando-se em uma relação de assimetria, pensada a partir do modelo biológico (CINCUNEGGUI; KARASIK, 1998).

Caberia uma revisão à luz das novas formulações, que privilegiam o trabalho do vínculo e as manifestações do seu fracasso ou impossibilidade.

REFERÊNCIAS

- AULAGNIER, P. *La violencia de la interpretación*. Buenos Aires: Amorrortu, 1993.
- BERENSTEIN, I.; PUGET, J. *Psiconálisis de la pareja matrimonial*. Buenos Aires: Paidós, 1989.
- CINCUNEGGUI, S.; KARASIK, Y. Objeto único. In: PACHUK, C.; FRIEDLER, R. (coord.). *Diccionario de psicoanálisis de las configuraciones vinculares*. Buenos Aires: Del Candil, 1998.

Parentalidade

Andrea Seixas Magalhães

CONCEITO

A parentalidade, do ponto de vista da psicanálise, é resultante de um processo maturativo, de uma reestruturação psíquica e afetiva que possibilita aos adultos assumirem o lugar de pais, atendendo às necessidades de seus filhos nos níveis corporal, afetivo e psíquico (LAMOUR; BARRACO, 1998). Esse processo mobiliza a reorganização dos investimentos narcísicos e objetivos, transformando a economia psíquica do sujeito (LEBOVICI, 2004).

ETIMOLOGIA

Do latim *parentalis*, refere-se a uma qualidade do que é parental (i) + *dade*. Relativo a parente, a pai e mãe. O substantivo compreende um conjunto das funções e atividades desenvolvidas por um progenitor ou cuidador, com o objetivo de promover o desenvolvimento saudável da criança. Na área do Direito, são regulamentados os direitos e as obrigações da parentalidade (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

A noção psicanalítica de parentalidade começou a ser desenvolvida nos Estados Unidos, no final dos anos 1950, sendo abordada como uma etapa importante do processo de maturação psíquica e do desenvolvimento da personalidade (BENEDECK, 1959). Na literatura psicanalítica francesa, o termo parentalidade foi usado inicialmente por Paul-Claude Racamier, em 1961, com ênfase no caráter psicodinâmico e processual implicado no exercício das funções dos pais em relação aos filhos.

A parentalidade pode ser diferenciada da maternidade (RACAMIER; SENS; CARRETIER, 1961) e da paternidade (DELAISI DE PARSEVAL, 1981), destacando-se as operações identificatórias que são mobilizadas por ocasião do nascimento do primeiro filho (a), fase do ciclo de vida marcada pela revivescência de conflitos infantis recalcados.

No aparelho intrapsíquico, a parentalidade promove o estabelecimento de categorias mentais como idade, diferença de gerações e de gênero, organizando as interações entre pais e filhos, demarcando suas diferentes atribuições. A parentalidade favorece a introdução da assimetria, da heterogeneidade e da complexidade como elementos organizadores das relações familiares (SOLIS-PONTON, 2004).

Houzel (2004) postula três eixos definidores da parentalidade: exercício da parentalidade, experiência da parentalidade e prática da parentalidade. O primeiro eixo, o do exercício da parentalidade, remete aos laços de parentesco, aos direitos e deveres prescritos pela sociedade, e opera na regulação dos laços de **filiação***, de **afiliação*** e na transmissão familiar. O segundo eixo, o da experiência da parentalidade, é estruturado com base na experiência consciente e inconsciente da assunção dos papéis parentais, incluindo o desejo de ter filho, o desejo de reparar os objetos parentais dos pais e as transformações do desejo face à **alteridade*** do filho. O terceiro eixo é o da prática da parentalidade e inclui cuidados físicos e psíquicos, que mobilizam a afetividade da criança e de suas figuras parentais.

Aspectos coletivos, marcados pela cultura e pela história, também operam na construção da parentalidade tanto quanto aspectos individuais dos membros do casal parental (MORO, 2005). Ao tornarem-se pai e mãe, emergem a história dos pais e suas representações parentais, incluindo suas mitologias e seus traumas familiares (BYDLOWSKI, 2010; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2011). As representações parentais sobre o bebê se iniciam na própria vivência infantil dos pais, nas brincadeiras de boneca e nas fantasias da adolescência, de maneira que a parentalidade não se restringe à gestação e ao nascimento de um filho, e sim é moldada por identificações ao longo da vida (STERN, 1997). Cabe ao pai/à mãe se apropriar de seu lugar na cadeia genealógica, identificando-se e diferenciando-se dos seus antepassados na construção da parentalidade, que pode ser exercida de forma criativa ou sintomática (ZORNIG, 2010).

Freud (1913/1976a), ao estudar o totemismo, já apontara que os princípios do funcionamento inconsciente estariam na origem da parentalidade como estrutura psíquica, inaugurando o campo de estudos que diferencia parentesco de parentalidade. Embora o autor não tenha desenvolvido esse conceito, lançou as bases teóricas para desdobramentos posteriores. O horror ao incesto e o totemismo são organizadores do psiquismo grupal e individual, constituindo a base

de uma parentalidade socialmente referendada (SOLIS-PONTON, 2004). A interdição ancorada na lei paterna é o fundamento social da parentalidade, devendo garantir a civilidade nas relações familiares e sociais, prevenindo irrupções pulsionais caóticas.

O parentesco e a cultura são organizadores que cada sujeito e cada grupo social constituirá segundo seu contexto e sua genealogia (DEVEREUX, 1965). Nas sociedades patriarcais, o futuro dos filhos era determinado com base no poder parental, incluindo suas escolhas conjugais, com o propósito de manter a fidelidade aos valores da linhagem. Na modernidade, houve um declínio da imagem social do pai e do poder paterno (SINGLY, 2007). Paulatinamente, instituiu-se uma clivagem entre público e privado, sendo o público considerado o lugar da parentalidade e o privado o lugar da **conjugalidade*** (JULIEN, 2000).

Como consequências do declínio do poder paterno, destacam-se o esmaecimento do valor da tradição familiar e a exaltação do relativismo, que repercutem na diferenciação de posições na família. Os pais passam a se sentir mais sozinhos diante do dever de veicular a interdição, sem a necessária sustentação social. Aos poucos, a autoridade parental foi sendo substituída pela responsabilidade parental, ou seja, diminui o poder e aumentam os deveres parentais (LEBRUN, 2001/2004).

A família contemporânea, engolfada pelo igualitarismo e pelo individualismo, sofre com o apagamento de alguns de seus limites internos e, em muitos casos, de diferenças geracionais. Em termos sociais, contudo, as exigências quanto à eficácia parental no cuidado dos filhos aumentam. Ao longo dos séculos XIX e XX, a definição civil da parentalidade passa a ser privilegiada, e a autoridade parental é reconhecida pelas leis sociais. A parentalidade passa a ser definida não somente pela biologia, mas por fatores socioafetivos e civis, sendo determinada cada vez mais pelo social, que age por meio dos especialistas (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2014). O social regulamenta a relação entre pais e filhos, intermediado pelas intervenções de profissionais de saúde, educadores e representantes da lei, consideradas figuras do terceiro social (JULIEN, 2000).

Os estudos sobre parentalidade foram desenvolvidos em diferentes perspectivas teóricas. Algumas abordagens valorizam mais os aspectos psicossociais e desenvolvimentais desse constructo, enquanto outras enfatizam o vínculo parento-filial e suas implicações psíquicas. Os primeiros trabalhos acerca da parentalidade na literatura psicanalítica enfatizavam o vínculo mãe-bebê;

os estudos que destacam o papel do pai na parentalidade se desenvolveram mais recentemente (MARTY, 2003). De modo geral, as diferentes abordagens ressaltam que a competência das famílias no exercício da parentalidade depende, sobretudo, da qualidade das relações familiares (LAZARTIGUES, 2007).

O lugar que a criança ocupa no narcisismo dos pais mobiliza trocas intersubjetivas na parentalidade, com função constitutiva da subjetividade da criança e função reparadora da subjetividade dos seus pais, numa via de mão dupla. O amor pela criança deriva do retorno do narcisismo dos pais (FREUD, 1914/1976b). Autores mais recentes (KONICHECKIS, 2008; GOLSE, 2003; ZORNIG, 2010) realçam as transformações simbólicas que ocorrem no psiquismo de ambos os pais com o nascimento de um filho. Nesse sentido, a clínica dos primórdios representa um avanço importante nos estudos psicanalíticos, repercutindo no desenvolvimento da psicanálise de família, embasando teoricamente a mutualidade das trocas intersubjetivas que ocorrem na família com ênfase no vínculo parento-filial.

Ademais, o narcisismo é um eixo estruturante da transmissão psíquica geracional, e há uma urgência em transmitir a herança psíquica familiar. O casal parental imprime a sua marca geracional por meio da parentalidade. Kaës (2001) resalta que, na teoria freudiana, a questão narcísica é marcada por uma luta constante entre inscrever-se na linhagem assumindo o legado dos pais e manter a ilusão de autoengendramento.

O estudo da parentalidade também é importante para o desenvolvimento da psicanálise do casal, na medida em que as dimensões da conjugalidade e da parentalidade são interdependentes. A conjugalidade pode ser reestruturada pela parentalidade, sendo alimentada ou esvaziada pelo investimento narcísico parental (MAGALHÃES, 2009; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2011). Por outro lado, uma conjugalidade psicologicamente precária também pode repercutir sobre a parentalidade, interferindo na construção do sentido de existência própria do filho (PALERMO *et al.*, 2016).

As dimensões da conjugalidade e da parentalidade requerem o reconhecimento da alteridade do parceiro e do filho. Contudo, a simples **presença*** do outro não é condição suficiente para que ocorra uma vinculação no sentido do potencial transformador do vínculo. A função vinculante (PUGET, 2000) favorece o enriquecimento do ego a partir da produção de novas significações. Quando as trocas intersubjetivas são empobrecidas na parentalidade ou na

Pertença

Maria Ângela Favaro Nunes

CONCEITO

Pertença refere-se ao sentimento de ser integrante de um conjunto, seja ele familiar, grupal, comunitário, social. É construída a partir da aquisição de um nível de familiaridade entre os semelhantes, tendo com ponto de partida usos e costumes, hábitos compartilhados e também ritos sociais. O familiar oferece o primeiro modelo de conjunto que chega ao Eu como específico à pertença (PUGET, 2007).

ETIMOLOGIA

O Dicionario de filosofia argentino de Mora (1971) aponta que o termo pertenencia, além do sentido lógico da palavra, pode ter um sentido antropológico-filosófico. Pode debater, por exemplo, se os conteúdos de dada existência humana pertencem ou não autenticamente a essa existência. O vocábulo pertenencia tem, então, uma significação similar à do vocábulo “propriedade”, mas quase sempre menos forte que a deste último. Com efeito, “propriedade” é a ação e o efeito de apropriar-se a si mesmo, mais perto de todos os conteúdos possíveis e eficazes. O termo pertenencia pode ter também um sentido social; isto porque se fala de uma determinada pessoa pertencer ou não a uma determinada sociedade, classe, casta etc. e, de um modo mais geral, de uma determinada pessoa pertencer ou não à sociedade, o que significa, aproximadamente, perguntar se está ou não incorporada à sociedade, ou “ajustada” à sociedade (MORA, 1971, p. 409). Os termos pertença e pertinência tem sua origem no étimo latino pertinere, o qual significa pertencço a, faço parte de. Pertinência, segundo o Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa (CUNHA, 1986), é a qualidade ou condição de pertinente, pertença. Em conversa com Claudio César Montoto, tradutor da língua espanhola, este apontou que na palavra pertença – no sentido de pertencimento e de reconhecimento, fazendo parte da identidade, das identificações – não há emissão de um juízo de valor. Trata-se de pertencer a algum lugar, a algum grupo. Já a palavra pertinência

– algo ser considerado ou não pertinente, apropriado – indica adequação, ou seja, contém um juízo de valor, relevante a partir de determinado ponto de vista. No Dicionário Houaiss da língua portuguesa não se encontra “pertença”, e sim “pertencente”, que indica “que faz parte de; que pertence a (alguém ou algo); que diz respeito a alguma coisa; concernente, relativo” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2015, p. 727). No dicionário francês Le Robert (2006, p. 58), encontramos *appartenance*, que significa o fato de pertencer e deriva do verbo *appartenir*, que significa fazer parte de.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

A psicanalista argentina Janine Puget (2009) propõe incluir a constituição do sentimento de pertença a um contexto. Dado que a subjetividade se constrói em cada momento e em cada conjunto, pode-se considerar que não haveria um si-mesmo válido para a vincularidade. O pertencer é ativado por algo inerente aos vínculos parento-filiais e aos vínculos de aliança. Tem-se a ilusão de que o corpo do outro lhe pertence, seja por aliança ou vínculo de sangue e, no caso de instituições, por pagar algum direito para estar nela. Nesse sentido, refere-se à propriedade (“é meu”) e à possibilidade ou não de comparti-lo com o outro, como os pais em relação ao corpo dos filhos, os esposos em relação ao corpo do outro (PUGET, 2009).

Puget (2015) julgou empobrecedor seguir pensando que todos os processos de constituição subjetiva provinham de uma lenta transformação de um estado inicial primitivo. Diferencia-se do ponto de vista pulsional do narcisismo das pequenas diferenças (FREUD, 1921/2011), ao tomar como referência a pertença inconsciente a um mundo social (família, grupos étnicos, sociais, de classe) dentro da comunidade. Puget (2007) considera imprescindível a estrutura de pertença para sustentar essas ideias. Considera a ideia de lógicas e espaços superpostos conectados por descontinuidades. Diferencia a **lógica psíquica do Um*** para pensar o que se produz a partir de um entre-dois inevitável, a **lógica do Dois***, surgindo, assim, o termo vínculo. Entretanto, Puget (2015) salienta que vínculo é uma noção diferente daquelas postuladas por Bion, Winnicott, Pichon-Rivière e Kaës. A psicanálise vincular enfatiza a experiência produzida pelo “entre”, a de ir sendo entre outros, ir fazendo entre dois e ir habitando diversos espaços. Dessa maneira, o vínculo ocorre considerando-se que o indivíduo está sempre

ligado à noção de pertencimento aos grupos dos quais provém, família, instituição e sociedade.

Desde a publicação dos textos sociais, principalmente “Psicologia de grupo e análise do eu” (1921/2011) e “O mal-estar na civilização” (1930/2010), Freud procurou compreender a ligação de um indivíduo ao grupo, família, instituição e comunidade. A identificação do recém-nascido com os pais é o processo por meio do qual o bebê toma para si os atributos do casal parental, constituindo uma instância egoica e superegoica, que representam os valores, princípios, costumes e ideais de uma sociedade.

A ideia de **vínculo*** é a de que o indivíduo está sempre ligado à noção de pertencimento aos grupos dos quais provém, por exemplo, a família. Para Bion, os vínculos são elos de ligação emocional e relacional que unem duas ou mais pessoas, ou duas ou mais partes dentro de uma mesma pessoa. Seguindo a linha de Bion, Zimerman (1999) discorre sobre o sentimento de uma necessidade de reconhecimento, que aparece na literatura psicanalítica desde os seus primórdios até a atualidade, perpassando diversos autores de distintas correntes psicanalíticas, com denominações, abordagens e contextos diferentes. A indiferenciação, ou seja, o não reconhecimento das diferenças, pode manifestar-se em situações muito diversas, como é o caso dos vínculos simbióticos fusionais. Assim também pode ocorrer nas situações grupais, nas quais o grupo prevalece sobre o indivíduo, como acontece com a crença em certas seitas de que o líder trará aos seus próximos o “sentimento oceânico”. Zimerman (1999) salienta o vínculo do reconhecimento em relação à inserção social do indivíduo nos mais diversos lugares, como a família e as instituições, entre outros. Em relação a seus grupos sociais, os sujeitos desejam de “o reconhecimento, por parte dos demais, de quem esperam demonstrações que confirmem a sua legítima ‘pertencência’ e a aceitação de seu pleno direito a compartilhar o mesmo espaço e valores comuns a todos” (p. 171, grifo do autor).

Kaës (1976/2017) menciona “a marca da pertinência” no grupo representado (p. 105), considerando que as marcas no corpo ou na roupa são sinais de uma adesão, sinais de referência dirigidos a outras pessoas. Ser parte do grupo é ser parte desse grupo especificamente, “que tem um nome e pais no romance familiar do grupo” (p. 105). Esse psicanalista liga a marca da pertinência à imagem do corpo e a fantasias originárias nas representações do grupo. É o que distingue um sujeito do outro. Ter aquela marca demonstra a incorporação e

reincorporação do ideal do ego, a agregação ao grupo escolhido. Para Kaës, vínculo indica pertencer a um grupo. Estando investido do narcisismo dos pais, o filho é membro do grupo, tem o ideal compartilhado com o conjunto social ao qual pertence (TRACHTENBERG *et al.*, 2011, p. 264).

Em uma linha teórica semelhante, Moguilansky afirma que o vínculo gera pertença; pertence-se a um novo vínculo, e abre-se espaço nesse laço a uma nova “familiaridade”. O sentimento de pertencer criado pelo novo conjunto produz novas identidades, fazendo emergir um sentimento ilusório de homogeneidade. Dessa maneira, configura-se uma espacialidade “cujas margens são estabelecidas por esse novo conjunto ao qual se sente pertencer” (MOGUILLANSKY, 2008, p. 10).

Entre os membros do vínculo surge a expectativa de reciprocidade e um sentimento de propriedade que não pode ser contestado. Todo vínculo intersubjetivo estável tem como base uma experiência fusional “que ocorre sobre o modelo do encontro ilusório com o idêntico ou o complementar” (MOGUILLANSKY, 2008, p. 11)

É reconhecida uma implicação referida ao pertencimento: saber-se um sujeito sem identidade prévia, sujeito da situação e ao mesmo tempo afetado por ela. Na família, por exemplo, há lugares predeterminados. Outra questão é a de pertencer a situações inesperadas, que dependem do que os sujeitos façam juntos. O “dois”, na visão de Puget (2012, p. 94), é uma entidade própria que pode ser ocupada por vários sujeitos unidos por uma diferença que é precisamente a riqueza dos intercâmbios. Compartilhar torna possível a incorporação dos modos como o outro organiza sua identidade. Esta concerne às representações daquilo que figura como base comum de como o Eu e os outros constroem suas raízes como sujeito. Disto depende estar inserido em um contexto. A qualidade de integrante de um conjunto obriga-nos a tomarmos contato com grupos heterogêneos, o que marca a diferença com outras pertenças.

Por fim, considera-se relevante a diferenciação proposta por Berenstein (2001), no que se refere a pertencimento e identidade. Para ele, o sujeito se sustenta no sentimento de pertencimento inerente ao vínculo, o que difere do sentimento de identidade que é inerente ao Eu. Pertencimento e identidade fazem parte da construção da subjetividade. No vínculo ou “relação de sujeito”, diferentemente da relação de objeto, o sujeito não apenas preexiste, mas

Polifonia dos sonhos

Maria Luiza Dias

CONCEITO

Polifonia dos sonhos foi um termo empregado por Kaës (2004) para designar que o sonho contém significados em múltiplas direções e pode estar organizado a partir de uma combinação “de várias vozes ou de várias partes de voz” (2011, p. 193).

ETIMOLOGIA

Polifonia, do grego *polys* + *phonos*: muitos sons ao mesmo tempo. Sonho, do latim *somnium*: ilusão (DICCIONARIO ETIMOLÓGICO; DICIO, 2020).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

A natureza polifônica do sonho foi apontada pelo psicanalista René Kaës (2011, p. 177-178), que afirmou: “O sonho é trabalhado por uma e numa multiplicidade de espaços e tempos, imagens e vozes. Ele integra a ideia de um espaço onírico plural, comum e partilhado, e de dois umbigos do sonho”. Kaës propôs, então, a passagem do **espaço intrapsíquico*** do sonho para um espaço interpessoal, já que o espaço psíquico onírico é visto como comum e partilhado, uma vez que a criação é individual, porém também tecida na **intersubjetividade***. Ao mencionar que o sonho possui “dois umbigos”, amplia o pensamento de Freud (1900/2006), que concebeu a interpretação do sonho como infinita, por esbarrar no “**umbigo do sonho***”. Este seria o ponto no qual o sonho é insondável, em que se interrompe o sentido ou toda possibilidade de sua interpretação, marcando a presença do desconhecido. Kaës propôs que, além do umbigo singular, existe um umbigo plural, ambos interconectados. Os membros de um grupo se comunicam, portanto, por meio de seu ego onírico, constituindo a matéria psíquica do grupo.

Um sonho relatado em uma sessão de terapia conjugal ou familiar, por consequência, precisa ser olhado como expressão grupal e não somente como manifestação pessoal do indivíduo que teve o sonho. Encontramos, então, uma

leitura dupla do sonho: uma a partir da concepção do sonho como formação intrapsíquica produzida necessariamente por um sonhador individual; outra que interroga o sonho – em suas condições, seus processos e conteúdos – a partir de um espaço onírico comum e compartilhado (**espaço interpsíquico***).

Sendo o sonho abordado como uma expressão da problemática conjugal e/ou familiar compartilhada e em analogia ao termo “porta-sintoma” (**paciente identificado***), Kaës (2004) propôs o termo “porta-sonhos”, para indicar que um indivíduo pode operar como “porta-sonhos” de outro indivíduo ou de um conjunto de outros. Se na situação analítica individual são focalizadas as associações do sonhador a respeito do sonho, no grupo também são trabalhadas as associações de seus outros membros. Assim, na mesma linha em que indicou a existência de um **aparelho psíquico grupal***, ao tratar da elaboração onírica, ampliou a visão desse fenômeno para um espaço comum e partilhado no plano da intersubjetividade. Em suas próprias palavras: “Tentei estabelecer que o conceito de um espaço onírico partilhado e comum a vários sonhadores dá conta da ancoragem do sonho numa matriz intersubjetiva” (KAËS, 2011, p. 184). Cabe apontar que, além disso, o sonho é visto por Kaës como experiência criativa, reparadora e transformadora.

REFERÊNCIAS

DICCIONARIO ETIMOLÓGICO castellano en línea. Disponível em: <http://etimologias.dechile.net>. Acesso em: 29 abr. 2020.

DICIO. *Dicionário online de português*. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sonho/>. Acesso em: 31 out. 2020.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 4 e 5. (Trabalho originalmente publicado em 1900).

KAËS, R. *A polifonia do sonho*. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

KAËS, R. O espaço onírico comum e partilhado: a polifonia dos sonhos. In: *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Loyola, 2011. cap. 9, p. 173-195.

Projeção

Ana Balkanyi Hoffman

CONCEITO

O termo é utilizado em psicanálise vincular para identificar os conteúdos mentais que um sujeito expulsa de si, colocando-os inconscientemente num objeto (pessoa ou coisa) e não reconhecendo que lhes pertencem. A projeção é considerada um mecanismo de defesa do ego arcaico, passível de ser observado na dinâmica emocional dos casais e/ou das famílias, na qual constitui grande parte da forma como estes se comunicam e se enxergam entre si. Ocorre, com frequência, um intenso entrecruzamento de projeções mútuas.

ETIMOLOGIA

Do latim *projectio*, *-onis*, ato de estender, alongamento, arremesso, saliência (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2008-2021).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

A projeção foi pela primeira vez descrita por Freud em 1895, e, desde então, a história de seu significado tem sido longa. O termo veio primeiramente da óptica e da nova ciência da cartografia no século XVI, chegando à psicologia da percepção no século XIX, quando Freud o introduziu na psicanálise, ele já havia notado a ligação existente entre projeção e paranoia. Abraham (1924), ao investigar a melancolia e a importância, nessa condição, do “objeto perdido” ou do temor de perdê-lo, reconheceu que uma importante fantasia era a fantasia anal de expelir fisicamente do corpo um objeto. Ele ligou o impulso à expulsão anal ao mecanismo de projeção (*apud* HINSHELWOOD, 1992, p. 428).

Klein utilizou o termo “projeção” em várias expressões:

- Projeção do objeto interno: este emprego do termo foi tirado de Abraham (1924, *apud* HINSHELWOOD, 1992); por exemplo, um bebê a chorar de fome experiencia a mãe/seio/mamadeira ausentes como a presença ativa

de um objeto mau e hostil que lhe causa as dores da fome em sua barriguinha.

- Projeção da pulsão de morte: na visão kleiniana haveria uma agressão primária interna que se volta para fora, contra algum objeto exterior.
- Externalização de conflitos: no brincar das crianças, elas atuariam nos brinquedos os conteúdos dos conflitos internos, projetados no mundo exterior.
- Identificação projetiva: é a visão mais tradicional da projeção, na qual parte do *self* é atribuída a um objeto.

Muitos desses empregos não podem ser completamente distinguidos; a projeção do objeto, o impulso, o relacionamento ou a parte do *self* envolvida são, todos eles, aspectos inextricáveis do relacionamento objetal (HINSHELWOOD, 1992).

Grande parte dos analistas que não privilegia o vértice vincular para interpretar a dinâmica dos casais ou das famílias utiliza a teoria objetal (freudiana) e, junto com ela, considera que os conteúdos emocionais que eles veiculam entre si é baseado em projeções mútuas.

Na teoria vincular, o entendimento passa a ser de uma **aliança inconsciente***, a qual resulta do encontro de partes inconscientes dos egos que criam elementos distintos do que apenas as projeções que acontecem entre eles.

REFERÊNCIAS

HINSHELWOOD, R. D. *Dicionário do pensamento kleiniano*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

DICIONÁRIO PRIBERAM da língua portuguesa. 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.pribera.org/>. Acesso em: 5 maio 2020.

Romance familiar

Sérgio Telles

CONCEITO

Termo cunhado por Freud e Otto Rank para caracterizar as fantasias derivadas do **complexo de Édipo***, nas quais o sujeito modifica imaginariamente as relações com seus pais e demais familiares, atribuindo-lhes diferentes origens e histórias, tecendo com isso um tipo de “romance”, no qual fica configurada uma outra família inventada. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1976).

ETIMOLOGIA

Romance, do latim *romanice*, descrição longa das ações e sentimentos de personagens fictícios, numa transposição da vida para um plano artístico, novela. Família, do latim *familia* respeitante à ou próprio da família (FERREIRA, 1975).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

A ideia do romance familiar já aparecera em cartas de Freud a Fliess, mas em 1909 ele dedicou ao tema um artigo escrito para o livro *O mito do nascimento do herói*, de Otto Rank, no qual afirma que a família inventada corresponde à lembrança dos pais idealizados da infância. Na clínica, essas fantasias são frequentes nos delírios paranoicos, embora não sejam raras também nos neuróticos, e podem ter várias configurações. Por exemplo, um filho, ao se imaginar adotado, fantasia não ter nascido de seus pais reais e sim de outros, possivelmente mais ricos e poderosos; ou que é fruto de uma ligação clandestina de sua mãe com um homem nobre e de muito prestígio; ou ainda que é o único filho legítimo e seus irmãos são bastardos etc. Tais fantasias cumprem com várias funções – driblar a barreira do incesto, manter a idealização infantil dos pais que teve de ser abandonada no embate com a realidade, vingar-se dos pais e dos irmãos etc.

Baseando-se nessa ideia, Rank estuda as lendas típicas das grandes mitologias sobre o nascimento de reis e criadores de religiões, detectando ali inúmeras variações em torno desse tema. Podem ser listados na sequência Rômulo,

Moisés, Édipo, Paris, Lohengrin, Jesus Cristo. São filhos abandonados e criados por terceiros, que só posteriormente descobrem sua verdadeira origem, muitas vezes em circunstâncias trágicas.

Rank aponta uma diferença entre o romance familiar e a estrutura das lendas. No romance familiar mais comum, na maioria das vezes é a criança quem se livra de sua família de origem e inventa uma outra. Nos mitos, é o pai quem abandona o filho, que é criado por uma família geralmente mais humilde.

O romance familiar está implícito em grandes obras freudianas, como “Leonardo da Vinci e uma lembrança da infância” (1910/1996), “Totem e Tabu” (1913/1972) e “Moisés e o monoteísmo” (1937/1996), que abriram ligações da psicanálise com a antropologia, a literatura, a religião, ao evidenciarem uma analogia entre uma fantasia subjetiva e a mitologia, os romances modernos, os sistemas delirantes e religiosos (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 669).

Em “Psicologia das massas e análise do eu”, Freud retoma suas impressões iniciais e as contribuições de Rank, e as formula com um aprofundamento maior (KAUFMANN, 1999, p. 459)

Nas terapias de família, nos casos em que se evidencia a dimensão **transgeracional*** do **complexo de Édipo***, tais fantasias estão presentes.

Quando se leva em conta o desejo dos pais, o romance familiar adquire dimensões mais amplas. Eiguier pensa que, a partir desse prisma, o romance familiar pode ser expressão da percepção (distorcida?) da criança de que seus pais delegaram a função paterna para terceiros (seus próprios pais ou outras pessoas disponíveis), pois não puderam assumi-la devido a conflitos inconscientes (EIGUER, 1998, p. 71).

REFERÊNCIAS

EIGUER, A. A parte maldita da herança. In: EIGUER, A. (org.). *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Unimarco, 1998.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FREUD, S. Leonardo da Vinci e uma lembrança de infância. In: *Standard Edition*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XI. (Trabalho originalmente publicado em 1910).

Singular

Solange Aparecida Emílio

CONCEITO

René Kaës (1997, 2011) utiliza o conceito como referência ao espaço psíquico que singulariza o desejo inconsciente do sujeito: “sua organização pulsional, suas fantasias secundárias, seus mecanismos de defesa e seus conteúdos recalçados ou clivados, suas identificações, suas relações de objeto” (KAËS, 2011, p. 54). No entanto, para o autor, todo sujeito é também **plural***, pois foi e é constituído em **vínculos* intersubjetivos***.

ETIMOLOGIA

Do latim *singularis*; único, distinto e ímpar; tem, como seu antônimo, o que é múltiplo e plural (MICHAELIS, 2020). Kaës (1997) utiliza o termo de duas formas: conjugado ao seu antônimo, como referência a um sujeito, simultaneamente, múltiplo e um; e de forma separada, para marcar a existência de um espaço psíquico privado.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Nos anos de 1965 e 1966, René Kaës e Didier Anzieu – inspirados por psicanalistas que os precederam, como Pichon-Rivière, Bion e Foulkes, entre outros – passaram a utilizar dispositivos de grupo para a realização de trabalho psicanalítico (KAËS, 2016). Essa experiência inicial promoveu a percepção da necessidade de reformulação de algumas concepções teóricas já existentes para promover a ligação entre a psicanálise dos processos individuais e a psicanálise dos processos grupais (KAËS, 2011).

Após mais de quarenta anos de estudos e pesquisas sobre grupos e a **grupalidade***, Kaës publica um livro no qual se dedica a discutir de forma mais aprofundada os conceitos de singular e plural (KAËS, 2011), e já anuncia, em seu prefácio, que a abordagem psicanalítica dos grupos foi uma forma de encontrar algumas respostas para a busca de compreender como o sujeito que se apresenta em uma sessão individual; o sujeito singular tem o inconsciente “mantido e

moldado nos vínculos intersubjetivos dos quais faz parte, nas alianças que o precedem e que ele contrata por conta própria, nos espaços psíquicos comuns que ele partilha com os outros” (KAËS, 2011, p. 11).

A partir da retomada da obra de Kaës, pode-se concluir, com Fernandes (2005), que seu trabalho é a construção de uma nova metapsicologia, que pode ser aplicada tanto ao trabalho individual como nos grupos – aí também inseridas as intervenções com casais e famílias.

Em “Introdução ao narcisismo”, Freud (1914/1998, p. 85) afirma que o indivíduo tem uma existência dúplice: “uma para servir suas próprias finalidades e outra como um elo numa corrente, que ele serve contra a sua vontade ou pelo menos involuntariamente”. Aqui, o autor já aponta que há algo de múltiplo no sujeito singular, pois tanto herda algo que o antecede, sendo “o veículo mortal de uma substância (possivelmente) imortal – como um herdeiro de uma propriedade inalienável”, como também é responsável por ser seu transmissor, na medida em que “é o único dono temporário de um patrimônio que lhe sobrevive” (FREUD, 2014/1998, p. 86).

Kaës (1997) partiu dessa concepção para explicar os efeitos dos grupos sobre a constituição do sujeito singular, considerando que este é sujeito do inconsciente e sujeito do grupo. Assim como Puget e Berenstein (PUGET, 2015) quando apresentam os conceitos da **lógica do Um e do Dois***, Kaës (2011) propõe uma revisão na concepção psicanalítica do conceito de vínculo, uma vez que nos grupos, casais e famílias o outro está presente em sua concretude, não podendo ser reduzido às representações do mundo interno do sujeito singular como na **relação de objeto***.

O autor também diferencia o sujeito do grupo do sujeito no grupo, propondo uma superação epistemológica, a partir da qual não há oposição entre indivíduo e grupo:

É nessa medida que sustento que o sujeito do inconsciente é, de maneira indissociável, o sujeito do grupo e que, de modo correlato, o sujeito do grupo é uma dimensão do sujeito do inconsciente. Ao adotar este ponto de vista, admito também que uma parte do sujeito está “fora do sujeito”, que o sujeito possui vários centros, que algumas de suas formações inconscientes são deslocadas, exportadas e depositadas em lugares psíquicos que o grupo predispõe e que o sujeito utiliza. (KAËS, 2011, p. 51)

O sujeito singular, de acordo com Kaës (1997), ao agrupar-se (podemos pensar aqui nos casais e nas famílias constituídas), traz suas projeções, mas também deposita nessa configuração vincular o seu **negativo***, constituído pelos desejos não realizados que o constituíram – próprios e de outros –, num movimento de repetição, a partir do qual as funções estruturantes realizadas pelo grupo primário são reproduzidas.

Kaës (2011) considera que as **alianças inconscientes*** estabelecidas entre os sujeitos de um casal ou uma família constituem-se como pontos de ligação entre a realidade psíquica do vínculo e de cada sujeito. Assim, o “singular”, como espaço psíquico que marca a subjetividade, a história e a estrutura de um sujeito que é membro de um casal ou de uma família, que singulariza o seu desejo inconsciente, coexistirá com outras singularidades a partir das zonas comuns e partilhadas com os demais participantes daquela configuração familiar. Essa é uma concepção importante e que serve de base para outros conceitos utilizados na psicanálise de casais e famílias, como os desenvolvidos pelo próprio Kaës (2011), como alianças inconscientes, **aparelho psíquico grupal***, **pacto denegativo*** e **transmissão transgeracional***, e para a compreensão de conceitos elaborados por autores como Benghozi (2010), por exemplo, de **afiliação***, **filiação*** e **malhagem***.

REFERÊNCIAS

- BENGHOZI, P. *Malhagem, filiação e afiliação*. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2010.
- FERNANDES, M. I. Prefácio. In: KAËS, R. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. 2. ed. 1. reimp. Rio de Janeiro: Imago, 1998. v. 14, p. 77-108. (Trabalho originalmente publicado em 1914).
- KAËS, R. *O grupo e o sujeito do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- KAËS, R. *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Loyola, 2011.

Sujeito do vínculo

Maria Aparecida Quesado Nicoletti

CONCEITO

Em um vínculo significativo estabelecido entre dois adultos, por exemplo, um casal, são produzidas marcas inconscientes originárias, próprias do pertencimento a essa relação. Elas estabelecem uma suplementação do eu-sujeito, constituído na infância dos sujeitos do casal e instituído novamente como sujeito na relação de casal: é o **sujeito do vínculo*** (BERENSTEIN, 2001, p. 14).

ETIMOLOGIA

Sujeito, do latim *subjectus, a, um*, posto debaixo, colocado, situado abaixo. Durante o feudalismo, indivíduo dependente de um suserano; súdito, vassalo. Pessoa indeterminada, cujo nome não se sabe ou não se quer revelar. Conforme o pensamento aristotélico, ser real, substância ou realidade permanente à qual são atribuídas transformações, qualidades ou acidentes. Vínculo, do latim *vincŭlum, i*, cadeia, atadura. (MICHAELIS, 2020).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Sujeito do vínculo é uma das expressões propostas por Isidoro Berenstein no curso de sua contribuição para o desenvolvimento teórico e prático da psicanálise de casal e família, na Argentina, durante os anos 1990. Trata-se de expressão linguística usada para representar os novos desenvolvimentos teóricos relacionados com os métodos e as teorias que hoje embasam a psicanálise de casal e família, notadamente, a diferença existente na relação entre sujeitos e aquela estabelecida nas relações objetais, por ele consideradas solipsistas.

Alberto Eiguer afirma que, “quando colocamos dois sujeitos no mesmo plano, sem privilegiar um ou outro, já estamos numa concepção diferente da utilizada pela psicologia solipsista” (EIGUER, 2012, p. 23).

A noção de vincular nasceu em oposição ao conceito “objeto”:

Deve-se diferenciar entre o objeto externo e o outro, visto que o primeiro está centrado no eu, do qual é objeto, enquanto o segundo se opõe ao eu, como seu contrário; lhe oferece a possibilidade de uma característica nova; propõe uma apresentação, que é maior do que a re-presentation e o enfrenta com uma *ajenidad*. (BERENSTEIN, 2004, p. 34)

No mundo vincular de um casal, por exemplo, espera-se que as relações intersubjetivas do par ocorram entre subjetividades individuais, de estaturas intrapsíquicas similares (daí a não referência a objeto, na vincularidade de casal). Cada um busca no outro a complementaridade estável, não apenas sexual, mas também o protagonismo no legado transgeracional de seus antepassados, a ser transmitido para a próxima geração.

Embora o vincular e a vincularidade tenham sido estudados por diferentes autores, como Eiguer, Moguillansky, Nussbaum, Puget e outros, foi Isidoro Berenstein (BERENSTEIN, 2001) quem propôs, conceituou e delineou os constituintes do vincular: o vínculo **entre*** sujeitos; as modalidades de relações na família; a relação de objeto na ausência do outro; a **ajenidad*** no vínculo; a **presença*** e a **ausência*** no vínculo; a relação entre vínculo e pulsão; a **imposição*** no vínculo e a origem da marca subjetiva, no vínculo.

Por outro lado, a psicanálise vincular de casal e família constitui uma extensão socioadaptativa da psicanálise tradicional, na medida em que desaloja o eu de sua egocentricidade absolutista para dar lugar ao outro, reconhecido em sua **alteridade*** e *ajenidad*.

REFERÊNCIAS

- BERENSTEIN, I. El vínculo y el otro. *Psicoanálisis APdeBA*, Buenos Aires, v. 23, n. 1, p. 9-23, 2001.
- BERENSTEIN, I. *Devenir otro con otro(s). Ajenidad, presencia, interferencia*. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2004. cap. 1 p. 21-42.
- MICHAELIS DICIONÁRIO brasileiro da língua portuguesa. 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portuguesa/>. Acesso em: 4 jun. 2020.

Trauma familiar

Vera L. C. Lamanno Adamo

CONCEITO

Trauma familiar consiste em um acontecimento na vida da família caracterizado por um afluxo excessivo de tensões devido a um acontecimento violento ou a um acúmulo de excitações de tal modo que excede a capacidade de elaboração e **simbolização***, acarretando lacunas no psiquismo familiar transmitidas para as gerações subsequentes.

ETIMOLOGIA

Trauma, do grego τραύμα: ferida.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

A noção de trauma aparece na obra freudiana como a primeira hipótese etiológica da histeria, desenvolvida ao longo dos anos de 1892 a 1897, nos “Estudos sobre a histeria” (1893-1895/2006b), no “Projeto de uma psicologia científica” ([1895]1950/2006a) e nos textos sobre as “Neuropsicoses de defesa” (1894/2006c). Esses primeiros momentos de suas indagações clínicas constituem a base de sua concepção do aparelho psíquico, um aparato de captura e transformação das excitações provenientes tanto de fonte exógena como de fonte endógena. A dor, que funciona como sinal, acarreta os primeiros mecanismos defensivos e as estruturas de retardamento a partir das quais se constituem o aparato psíquico. Nesse período, Freud define o trauma como um excesso que não foi descarregado. As lembranças tornam-se traumáticas porque não houve uma reação ao acontecimento traumatizante que pudesse descarregar o excesso de excitações, ficando o afeto, portanto, atrelado a uma recordação excluída da elaboração associativa. Após esses primeiros escritos, Freud, de 1920 em diante, delinea uma segunda concepção do trauma a partir do texto “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2006d). Um registro energético não assimilado pelas redes de representação do sistema inconsciente adquire valor de inassimilável, uma ruptura, definida como a efração, no sistema egoico, pela irrupção

pulsional excessiva. Nicholas Abraham e Maria Torok, analistas húngaros radicados em Paris, no início dos anos 1970, expandem a importância do trauma para o cenário psicanalítico. Esses autores formularam o conceito de **cripta***, definindo-o como o resultado de uma defesa extremada dos sujeitos traumatizados. Impossibilitados de processar lutos, os acontecimentos dolorosos e potencialmente desorganizadores do psiquismo são mantidos intactos, longe da consciência e dos afetos.

Todas as palavras que não puderam ser ditas, todas as cenas que não puderam ser lembradas, todas as lágrimas que não puderam ser vertidas serão engolidas, assim como, ao mesmo tempo, o traumatismo, causa da perda. Engolidos e postos em conserva. O luto indizível instala no interior do sujeito uma sepultura secreta, um mundo inconsciente que leva uma vida separada e oculta. (ABRAHAM; TOROK, 1987, p. 249)

O conceito de cripta desenvolvido por Abraham e Torok amplia o conceito de trauma elaborado por Freud e abre caminho para se pensar as ressonâncias do trauma não só no indivíduo, mas também na família. O traumatismo, que pode ser **lutos familiares***, histórias de violência, abuso, migração sem possibilidade de elaboração psíquica (com clivagem do ego e formação de cripta), atravessa compulsivamente as gerações seguintes, constituindo-se na pré-história da família. À geração futura cabe lidar com a experiência traumática que não lhe é própria, mas sim dos pais ou avós, tornando-a prisioneira de uma pré-história não elaborada. A esse respeito, Yolanda Gampel (2006), referindo-se aos sobreviventes do Holocausto e seus descendentes, concebe que os traumas encapsulados são convertidos em restos radioativos que não podem ser transformados em pensamento simbólico, manifestando-se sob a forma de enfermidades psíquicas ou físicas, no próprio sujeito ou nas gerações seguintes. Nessa linha de pensamento, Benghozi (2000) utiliza o termo *traumatismo como herança* para o traumatismo precoce catastrófico, sua transmissão e ressonância sobre as gerações seguintes. Transmitido aos descendentes sem nunca ter sido falado, propicia um risco constante de que seja repetido depois de várias gerações. O impensável, o indizível, as histórias inconfessáveis, como homicídio, suicídio, lutos difíceis, violência, na medida em que permanecem em **segredo*** e encriptados, invadem o psiquismo de seus descendentes, resultando em uma *cadeia traumática*

Umbigo do sonho

Carla Martins Mendes

CONCEITO

Freud, na obra “A interpretação dos sonhos” (“Die Traumdeutung”), de 1900, introduz o umbigo do sonho para designar pontos desconhecidos da atividade onírica inconsciente. O umbigo do sonho seria a sede dos desejos inconscientes inacessíveis à interpretação.

ETIMOLOGIA

Umbigo, do latim *umbilicu*, significa o centro, o mais importante. Sonho, do latim *sonium*, relacionado com a atividade onírica (MACHADO, 2003).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Em “A interpretação dos sonhos”, de 1900, Freud faz referência ao umbigo do sonho para introduzir os limites da representação e da interpretação dos sonhos. As associações, mesmo em sonhos minuciosamente interpretados, convergem para pontos de obscuridade: “existe pelo menos um ponto em todo sonho ao qual ele é insondável – um umbigo, por assim dizer, que é seu ponto de contato com o desconhecido” (FREUD, 2006, v. 4, p. 145, nota 2). O umbigo do sonho é o ponto que converge no desconhecido e que não contribui para a interpretação do conteúdo do sonho. Freud usa a metáfora do micélio (cogumelo) para explicar que o desejo onírico tem origem em um espaço desconhecido e intraduzível, uma espécie de micélio do qual partem os fios associativos: “o desejo onírico se desenvolve como um cogumelo de seu micélio” (FREUD, 1972, p. 560). O umbigo do sonho não representa uma lacuna, mas uma trama da atividade onírica, deixando em aberto a possibilidade de interpretação; o sonho que pode ser analisado inúmeras vezes, de diferentes formas.

A partir da ideia de umbigo do sonho descrita por Freud, em que o sonho converge no desconhecido, Kaës (2004) defende um segundo umbigo ancorado no inconsciente do espaço comum e compartilhado. O umbigo onírico individual, núcleo intrapsíquico, estaria ligado ao segundo umbigo do sonho,

Zócalo inconsciente

Lisette Weissmann

CONCEITO

Estrutura inconsciente que subjaz ao vínculo de casal. Termo cunhado pela **psicanálise das configurações vinculares*** para definir a base vincular que guarda marcas vinculares inconscientes vividas por esse casal. Opera como um inconsciente a dois, e se constrói a partir da história dos **vínculos*** do casal e de cada um dos sujeitos que o compõem.

ETIMOLOGIA

Do latim *soccūlus*, diminutivo de *soccus*, parte inferior de um edifício ou obra, que serve para elevar as fundações ao mesmo nível (DICIO, 2020). Termo em espanhol que é traduzido como base, vocábulo emprestado da arquitetura para descrever a estrutura vincular profunda do casal. Funciona como um espaço de base do relacionamento cotidiano e é constituído pelas marcas psíquicas vinculares que esse casal tem construído ao longo do tempo, assim como pelas marcas intrapsíquicas dos relacionamentos de cada um de seus membros.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Os psicanalistas Janine Puget e Isidoro Berenstein (1993) tomaram emprestado o termo rodapé da arquitetura, já que em todos os espaços habitacionais geralmente se coloca um rodapé, que só é notado quando está faltando. O rodapé opera como pano de fundo e acabamento de um espaço a ser habitado, como base que sustenta tudo o que é contido dentro dos espaços construídos. Também pode ser traduzido como plataforma, dando uma ideia de uma base na qual se apoia e sustenta o vínculo, como um espaço silencioso que acolhe uma resenha histórica dos sucessos vinculares vividos pelo casal.

Puget e Berenstein definem a plataforma inconsciente do casal como “um invariante, constituído por uma combinatória, uma estrutura de relações entre o sujeito e o objeto e que constituem o desejo proveniente do ego e alguma ação específica, originada no outro” (PUGET; BERENSTEIN, 1993, p. 163). Vemos

como essa estrutura profunda inclui tanto um vínculo primário que reproduz o momento do desamparo originário e que precisa de acolhimento como a possibilidade de achar um espaço para as diferenças, que delineiam uma passagem pelo complexo de Édipo e sua resolução e elaboração vincular.

Berenstein e Puget dizem:

o conceito de plataforma surge como uma tentativa de tornar compreensível uma metapsicologia, em nosso caso, a do casal, para o qual podem ser estabelecidas leis, de acordo com o significado da relação **interfantasmática*** muito complexa que, por sua vez, sustenta os intercâmbios verbais, emocionais, sexuais, econômicos e ideológicos, em um casal (matrimonial). (PUGET; BERENSTEIN, 1993, p. 163)

O *zócalo* inconsciente inclui o ego e o outro, em um ir e vir de se constituir cada um em um ego ilusório para o outro, até chegar à possibilidade de ser reconhecido como outro com suas diferenças, incluídas as diferenças sexuais que fazem parte dos casais. A estrutura profunda que subjaz à construção vincular do casal inclui acordos e **pactos inconscientes***, pertencentes a cada relacionamento, que indicam aquilo permitido, proibido e impossível de ser considerado nesse vínculo. Os acordos inconscientes são construídos como um registro passível de se fazer consciente, e os pactos inconscientes são nitidamente inconscientes e fazem parte da estrutura profunda que constituiu esse casal.

Aqueles acordos e pactos inconscientes que foram constitutivos do casal no período inicial do namoro atravessam diferentes modificações ao longo do tempo de convívio dos sujeitos, de acordo com fases vitais por eles vividas. Necessariamente, os acordos e pactos inconscientes precisam ser reescritos ao longo do tempo para serem úteis aos sujeitos e ao vínculo que irá se modificando. Esses organizadores da convivência do casal, ao permitir mudanças, também habilitam aos sujeitos que constituem esse vínculo se modificar e se transformar ao longo do tempo. Os vínculos podem se tornar mais ricos, criativos e inovadores; ou, pelo contrário, perder vigência e gerar vínculos esvaziados de sentido, estéreis. Nos dois extremos pode se tratar de casais que conseguem “renovar os votos para continuar juntos” ou enunciam que “o amor acabou”.

O *zócalo* inconsciente se apresenta como um código doador de sentidos implícitos que os casais não questionam, mas que fazem com que se escolham para fazer parte desse relacionamento. Geralmente, quando um casal vem à

consulta, o psicanalista tenta abranger a dita estrutura na pergunta: “por que vocês estão juntos?”, pergunta importante a ser feita com o transcórre do tempo. Condição que dá espaço à percepção de situações de inovação e que também lhes permite estabelecer novos sentidos às relações em diversas situações vitais. Trata-se de uma pergunta que permite doar e outorgar novos significados e novos sentidos à estrutura como um todo.

A psicanálise das configurações vinculares também tem se modificado ao longo do tempo, permitindo dar valor e espaço às épocas e teorias que se escrevem frente aos fatos clínicos que estão em constante mudança. No início da construção da teoria, o conceito de estrutura era um termo forte que ajudava a dar conta de um psiquismo vincular armado nos relacionamentos estáveis de casal e família. Depois, porém, passou-se a usar o conceito de estrutura aberta, que dá espaço ao acaso, para pensar em uma teoria aberta ao social e também às transformações. Foi-se abandonando o conceito de estrutura, e foi-se aderindo às teorias que impregnam a psicanálise como um todo. O conceito de *zócalo* inconsciente, entretanto, na atualidade, não tem sido usado nos textos escritos com tanta frequência como no início. O conceito de inconsciente vincular que subjaz aos relacionamentos estáveis persiste, mas com maior espaço para a novidade, as modificações e o acaso, e menos espaço para pensá-lo como uma estrutura estável e fechada.

REFERÊNCIAS

BERENSTEIN, I.; PUGET, J. *Psicanálise do casal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

DICIO. Dicionário online de português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

Participando regularmente desde 1989 como professor no trabalho de psicoterapia psicanalítica de casais e famílias no Brasil, posso testemunhar o considerável desenvolvimento dessa atividade nesse país.

Tive a oportunidade de ser convidado várias vezes para participar do Grupo de Estudos Vincular que, desde 2004, reúne psicanalistas na casa de Ruth Blay Levisky e David Léo Levisky para discutir a teoria e a clínica de diferentes escolas psicanalíticas. Entre as grandes etapas brasileiras, é necessário salientar a organização em São Paulo da sétima edição do Congresso da Associação Internacional de Psicanálise de Casal e de Família sob a presidência de Ruth Blay Levisky. Hoje, é com grande entusiasmo que felicitamos a realização deste *Dicionário de psicanálise de casal e família*, o primeiro no Brasil com essa temática, graças à iniciativa e à organização desenvolvida por Ruth Blay Levisky, Maria Luiza Dias e David Léo Levisky. Um comitê científico possibilitou elaborar este projeto que reúne 45 psicanalistas para escrever 119 verbetes. Esta obra responde a um desejo sublinhado por todos os profissionais e estudantes em formação no campo da saúde concernente ao desenvolvimento da clínica psicanalítica a serviço dos casais e das famílias.

Pierre Benghozi

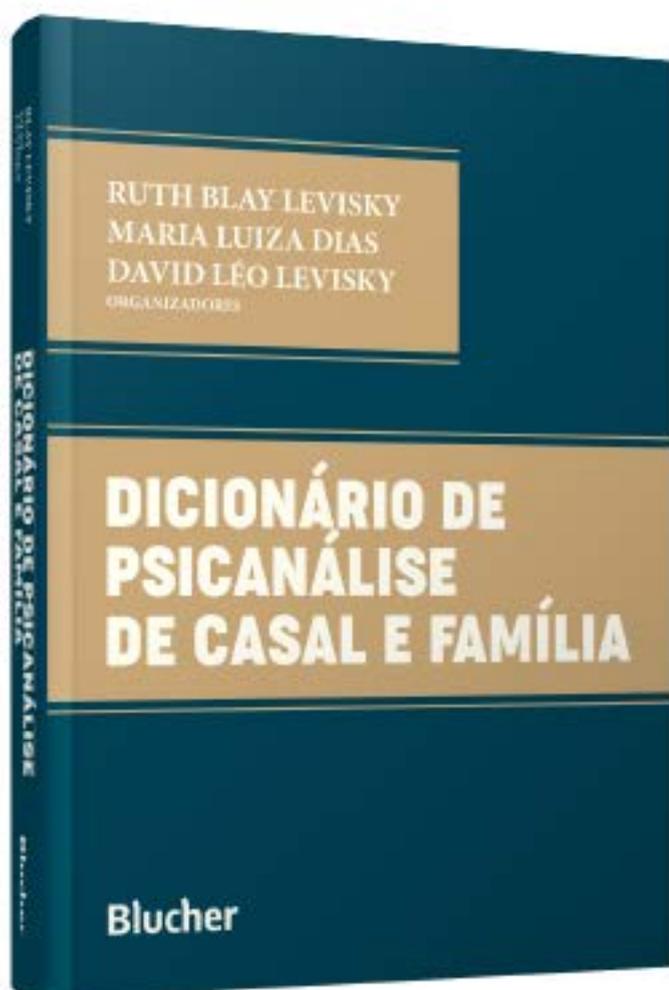
Presidente do Instituto de Pesquisa em Psicanálise de Grupo, Casal e Família (França)

Professor convidado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)



www.blucher.com.br

Blucher



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

Dicionário de Psicanálise de Casal e Família

Ruth Blay Levisky, Maria Luiza Dias, David Léo Levisky

ISBN: 9786555062878

Páginas: 604

Formato: 16 x 23 cm

Ano de Publicação: 2021

Peso: 0.806 kg
